

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS: ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO DE
FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA**

**Beatriz Vieira de Assis
Orientadora Profa. Dra Ana Cristina Juvenal da Cruz**

**SÃO CARLOS - SP
2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS: ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO DE
FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Educação pelo
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Beatriz Vieira de Assis

Orientadora: Profa. Dra Ana Cristina Juvenal da Cruz

SÃO CARLOS - SP

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Beatriz Vieira de Assis, realizada em 29/10/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz (UFSCar)

Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues (UFSCar)

Profa. Dra. Clelia Rosane dos Santos Prestes (USP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

AGRADECIMENTOS

À ancestralidade que me acompanha.

À interseccionalidade que me constitui enquanto pessoa negra e enquanto dissidente num mundo cisheteronormativo. Essas experiências foram, compulsoriamente, me localizando em território de guerra.

À minha família, minha mãe, meus irmãos, meu pai, meus avós. Especialmente à minha mãe, pelo cuidado, pelo amor e pela luta que é ser mãe preta e pobre nesse país, eu reconheço seus esforços, te vejo, te admiro e te amo.

Ao Eli, pelo amor, apoio, afeto, paciência, por ter segurado minha mão em cada passo desde que cruzamos nossos caminhos. Sua companhia sempre presente diversas vezes me lembrou que eu não estava sozinha, e que afago é compartilhar esta vida contigo.

À Jheniffer, por valorizar minha escrita de uma forma tão bonita e sensível. Sua existência é um poema que ajuda a ver beleza no mundo.

À Cacau, que me ensina todos os dias um pouco mais sobre amar.

À minha orientadora, Ana Cristina Juvenal da Cruz, pelos conhecimentos compartilhados, pela confiança depositada e pela paciência - em especial quando seguir com o mestrado me pareceu tão difícil devido às experiências pessoais dolorosas que me atravessaram no período em que estive envolvida na produção deste trabalho -.

Às professoras, Tatiane e Clélia, por participarem da banca com contribuições tão valiosas para este trabalho.

À UFSCar, por viabilizar a construção deste trabalho, tornando possível a realização do sonho de estudar em uma universidade pública federal.

CÓDIGO DE ÉTICA DA PSICÓLOGA/O PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a formação em Psicologia sob a ótica das relações raciais no Brasil. Para tanto, articula-se a Psicologia enquanto área científica e de formação que se relaciona aos modos do desenvolvimento e constituição da subjetividade no interior da cultura e das relações sociais. Como princípio básico, considera-se o racismo vivenciado pelas pessoas negras, que organiza estruturalmente a sociedade brasileira e que, diante disso, é imprescindível que o curso de Psicologia seja capaz de formar profissionais devidamente qualificados para atuar de maneira competente frente às dinâmicas raciais. Para isso, enquanto metodologia, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa de cunho teórico acerca das relações étnico-raciais na formação em Psicologia, a partir da compreensão e explicação das dinâmicas sociais. Como resultados, foi possível perceber que embora haja avanços ao longo da história da Psicologia quanto às questões étnico-raciais, deve-se reconhecer que a produção intelectual sob a premissa das relações étnicas e raciais ainda é invisibilizada. Tal contexto indica que o enfrentamento ao racismo estrutural e epistêmico no campo acadêmico continua sendo um desafio, mas que o delineamento do campo está semeado, especialmente com o enriquecimento do conhecimento promovido pela contribuição de intelectuais negros e negras na autoria de produções científicas.

Palavras-chave: Educação Superior; Psicologia; Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT

This research aims to analyze Psychology training from the perspective of racial relations in Brazil. To this end, Psychology is articulated as a scientific and educational field that relates to the modes of development and the constitution of subjectivity within culture and social relations. As a basic principle, the racism experienced by Black people is considered, as it structurally organizes Brazilian society and, given this, it is essential that the Psychology course is capable of training professionals who are duly qualified to act competently in the face of racial dynamics. To this end, as a methodology, a theoretical qualitative research approach was conducted on ethnic-racial relations in Psychology training, based on the understanding and explanation of social dynamics. As results, it was possible to perceive that although there have been advances throughout the history of Psychology regarding ethnic-racial issues, it must be recognized that intellectual production under the premise of ethnic and racial relations is still rendered invisible. This context indicates that confronting structural and epistemic racism in the academic field remains a challenge, but that the delineation of the field has been seeded, especially with the enrichment of knowledge promoted by the contribution of Black intellectuals in the authorship of scientific productions.

Keywords: University Degree; Psychology; Ethnic-Racial Relations

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado da pesquisa no Portal de Periódicos CAPES

Tabela 2: Resultado da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Tabela 3: Ocorrência dos termos “raça”, “racial”, “racismo”, “étnico” nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Psicologia

Tabela 4: Beneficiários do FIES e PROUNI no curso de Psicologia por raça.

Tabela 5: Dados de estudantes PPI beneficiários do FIES e PROUNI

Tabela 6: Profissionais de Psicologia segundo cor/raça e natureza da instituição de ensino

Tabela 7: Profissionais psicólogos x População brasileira por raça

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Resultado da Pesquisa nos Portais CAPES e BDTD

Gráfico 2: Número de ingressantes em cursos de graduação na rede federal por tipo de programa de reserva de vagas

Gráfico 3: Evolução dos indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso em 2013, por condição de reserva de vaga de ingresso na rede federal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem da Campanha “O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Social faz Sofrer”.

Figura 2: Imagem da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – ANPSINEP.

Figura 3: Logotipo do Centro de Formação e Pesquisa AMMA Psique e Negritude.

Figura 4: Logotipo do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

LISTA DE SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

ProUni - Programa Universidade Para Todos

ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRP - Conselho Regional de Psicologia

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

FENAPSI - Federação Nacional de Psicólogos

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

ForGRAD - Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBHM - Liga Brasileira de Higiene Mental

MEC - Ministério da Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPI - Pretos, Pardos e Indígenas

PPP - Projeto Político Pedagógico

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
I. Metodologia da pesquisa.....	20
II. Revisão Sistemática de Literatura.....	21
III. Organização dos capítulos: a estrutura da dissertação.....	25
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL.....	27
1.1 O cenário brasileiro: conhecimento científico, colonialismo e raça.....	29
1.2 Trajetória da Psicologia no país.....	33
CAPÍTULO 2: PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL.....	44
2.1 Breve histórico sobre Psicologia e Relações Étnico-Raciais no contexto brasileiro	45
2.2 Produções e autores que são referências no estudo de Psicologia e Relações Étnico-Raciais.....	56
CAPÍTULO 3: A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL.....	66
3.1 O cenário da formação em Psicologia no Brasil.....	68
3.2 Perfil de alunos e profissionais de Psicologia.....	77
3.3 Consequências de uma formação racialmente descontextualizada: relação entre raça e necropolítica.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	94

APRESENTAÇÃO

*Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem reamanhecendo
esperanças em nós.*

Conceição Evaristo

Diria que ao construir essa pesquisa, dois sentimentos em especial merecem atenção: estive extasiada pelo mundo novo descoberto, aquela Psicologia construída pela intelectualidade negra que não me foi apresentada durante anos de graduação; e enfurecimento, pelo mesmo motivo. Quis contar ao mundo todo o conhecimento acessado, e essa dissertação representa a materialidade desse desejo.

O caminho até a chegada na Psicologia foi longo, possivelmente com mais pedras do que as/os colegas que compartilhavam as cadeiras da graduação, e que não estavam ali pela conquista das políticas afirmativas - neste caminho, tropecei, caí e me levantei mais vezes que os numerais permitem contar. Diversas vezes troquei os curativos dos meus machucados. Não era só por mim.

Durante a graduação, me chamou a atenção o processo de formação de profissionais da área, em especial quanto aos documentos orientativos desta formação. No segundo ano de curso, fui monitora da disciplina “História da Psicologia como ciência e profissão”, trabalho não remunerado que durou 1 (um) ano e que conciliava com a minha atuação como estagiária de Psicologia em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), onde permaneci por 2 (dois) anos.

Como monitora pude acompanhar o início da formação de novas/os profissionais, o que me permitiu maior aproximação e interesse pela educação superior, questionando-a também enquanto espaço de reprodução de exclusão, padrões e normas sociais, ao mesmo tempo que a reconheço como potência no processo formativo.

O trabalho no CRAS foi importante para perceber o quanto se exige um posicionamento social crítico da/o profissional de Psicologia em espaços com violação de direitos básicos, o que pode ser um desafio ainda maior visto o espaço elitista ocupado pela graduação em Psicologia.

Em meu terceiro ano de graduação participei da Iniciação Científica com o projeto “O ensino das relações étnico-raciais, direitos humanos e diversidade na formação em Psicologia” sob orientação da Professora Doutora Maísa Pannuti, com apresentação no Encontro de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão (EPIC) e posteriormente no Educere - XIV Congresso Nacional de Educação. Este projeto iniciou-se por meio da percepção incômoda de que tais temas não estavam em evidência na formação e quais seriam então as possíveis variáveis que influenciavam nesta defasagem.

Por fim, destaco a importância da produção de conhecimento em que corpos socialmente marginalizados ocupem espaços enquanto pessoas cujas vozes possam ecoar por si mesmas e não serem marcadas apenas na posição de integrantes de objetos de pesquisa. Neste sentido, reitero a relevância de tornar a escrita um meio de denúncia dos incômodos que nos atravessam na vida acadêmica na área da Psicologia, este trabalho, portanto, se apresenta a partir desses incômodos.

INTRODUÇÃO

*Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade...*

Ivone Lara.

A Psicologia como área científica que investiga a formação psíquica, analisa a constituição subjetiva das pessoas. Historicamente, há uma relação intrínseca acerca da constituição da genealogia da Psicologia em seu desenvolvimento científico com o uso político de sua formulação no contexto do colonialismo e da escravização de povos africanos cuja derivação explícita é o racismo. Há, na forma efetiva de execução do racismo, uma correlação entre quem sofre seus efeitos e quem dele goza. Portanto, há marcas mnemônicas que constituem o psiquismo e que mostram o racismo que o estrutura.

Trata-se de algo central, pois nos constituímos a partir das relações, ou seja, somos seres em relação. Para tanto, em um lugar como o Brasil, criado com este nome a partir da violência da colonização e da escravização, é fundamental conhecer como essa violência age em nós e subjetivamente se perpetua. Assim, é possível dar outra densidade à Psicologia retomando os momentos em que ela atuou como ciência para a opressão e resgatando os momentos em que atuou para a emancipação das pessoas. Com isso, é possível ofertar outro tipo de formação em Psicologia. Esse é o mote a partir do qual se analisará, nesta pesquisa, a formação em Psicologia de modo interdisciplinar entre formação, currículo e ensino, no campo da educação.

Ao longo do século XX foi intenso o debate público fomentado pelo Movimento Negro Brasileiro (GOMES, 2017) em prol de práticas educacionais que dessem conta do caráter multicultural e multirracial do país, que historicamente impunha o eurocentrismo colonial em todas as esferas sociais. Neste sentido, Nilma Lino Gomes discorreu sobre as formas de produção de saber historicamente invisibilizadas apontando que tal movimento não acontece meramente pela

supervalorização de uma forma de saber em prejuízo de outra, mas pela produção ativa das ausências. Questiona-se assim, até que ponto os currículos podem educar pluralmente quando partem de um currículo pensado por uma sociedade marcada pelo colonialismo, machismo, racismo e outras formas de preconceito. A autora afirma que:

[...] as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos. [...] esses saberes foram transformados em não existências, ou seja, em ausências (GOMES, 2017, p.42-43).

A autora ainda afirma a produção de inexistências por meio dos espaços educacionais e como tal forma de pensamento tem relação direta com o epistemicídio, “a morte do conhecimento e dos sujeitos que o produzem” (SANTOS apud GOMES, 2017, p. 55), colocando em evidência a morte simbólica e física como consequência do apagamento epistemicida.

A década de 1990 foi um ponto de transição nesse sentido (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011), pois as exigências de assimilação e universalização pautadas até aquele momento pelo Movimento Negro, tornaram-se a exigência do reconhecimento das diferenças impostas aos grupos étnico-racialmente diversos (MUNANGA, 1999), a partir da superação teórica do mito da democracia racial.

No campo educacional passam a ser visualizadas as demandas por reconhecimento e os grupos que nas academias se movimentam para alterar o cânone predominantemente branco e masculino. Legislações no campo da educação em vários países mostram a problemática da convivência das diferenças no debate liberal-universalista tendo a escola como instituição representativa de um Estado neutro que não permite objetos e símbolos que demonstrem pertencimento a outras culturas, o que cria conflitos de convivência no interior destes estados (CRUZ, 2010, p. 15).

Tais reivindicações históricas foram traçadas em uma história de longa duração culminando em leis como a Lei Federal 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, como uma pauta

de luta política da população negra. Em relação ao ensino superior, essas demandas ocasionaram principalmente na criação de políticas públicas como o Reuni (BRASIL, 2005), o ProUni (BRASIL, 2007) e a Lei de Cotas (BRASIL, 2012). A partir dessas ações, estudantes com baixas condições socioeconômicas, de escolas públicas, pessoas com deficiência, pretas, pardas e indígenas tiveram maiores oportunidades de acessar o ensino superior, o que contribuiu para que assuntos relacionados a essa nova configuração acadêmica fossem contemplados (MARINHO-ARAÚJO, 2013). Ao estabelecer uma relação entre os processos de desigualdade e o papel social da educação neste contexto, entende-se que se constituem como inerentes à estrutura educacional as funções sociais, políticas e pedagógicas (REGO, 1998).

Diante dessa perspectiva, em dezembro de 2017, foi lançado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Novo instrumento de avaliação para cursos de graduação presenciais e a distância, onde consta, dentre outras modificações, a necessidade de serem abordadas questões ligadas aos direitos humanos e à educação das relações étnico-raciais no processo formativo (INEP, 2017).

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) lançou também em 2017, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e com a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI), um documento para direcionar a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Este documento traz uma notória preocupação em considerar leituras do entorno social, enfatizando a necessidade da discussão de temas que defendam e promovam os direitos humanos.

Tendo em vista a ideia de um compromisso ético da Psicologia com os direitos humanos, a compreensão dos temas socialmente impostos como um dos eixos que determinam a pessoa dentro da perspectiva psicossocial, torna-se um fator de considerável reflexão nos cursos. Neste sentido, é pertinente enfatizar que a formação de um posicionamento sólido acerca de temas compatíveis com a realidade social é também de responsabilidade acadêmica.

No contexto da abordagem psicossocial do fenômeno psicológico, conforme analisado por Prestes e Paiva (2020), o termo "psicossocial" tem sido empregado para descrever relações sociais, como as entre classes, gêneros e etnias/raças, em grupos e instituições. Além disso, o termo é utilizado para identificar o contexto sócio-histórico ou para enfatizar a importância de considerar o contexto social, em contraposição a teorias e práticas que se limitam à dimensão psíquica individual.

Portanto, é importante ressaltar que esta pesquisa utiliza o termo "psicossocial" reconhecendo-o como um conceito que abarca a compreensão da individualidade da pessoa dentro de seu contexto social, histórico, cultural e psíquico. Isso implica em considerar que a saúde emocional da pessoa está intrinsecamente ligada a todos esses aspectos mencionados.

A pesquisa situa-se no campo da educação, em específico na linha do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSCar que comporta estudos de educação, cultura e subjetividade pela constante produção de presença e ausência localizada nos campos educacionais. Cabe ressaltar também, a importância do reconhecimento das disputas na construção de sentidos como parte da arena educacional (CARNEIRO, 2005). Ao relacionar a Educação Superior em Psicologia no campo de pesquisa da educação, este se torna um campo fértil para reflexão.

(...) os discursos produzidos sobre as relações raciais seriam elementos privilegiados de decodificação dos poderes neles inscritos, das disputas neles presentes, das correlações de forças que os animam. Isso nos autoriza a adotar como premissa inicial a intencionalidade de cada saber produzido, suas relações intrínsecas com as relações de poder que impulsionam o seu desenvolvimento; a constituição de um campo de pesquisa como instância de reprodução de um poder específico que instauram novos campos de disputas e relações de poder (CARNEIRO, 2005, p. 32).

Nesse contexto, o artigo que apresenta o processo de construção da linha de pesquisa em questão reitera a importância da universidade abranger a disseminação do conhecimento que abarque a complexidade das subjetividades, possibilitando a inclusão das vozes provenientes dos saberes produzidos por grupos marginalizados:

"Pretendia-se introduzir um novo movimento de circulação de discursos que pudessem escapar ao consenso homogeneizante que vinha caracterizando as áreas de pesquisas no PPGE, calando a diversidade existente e crescente, além da ascensão do tema da diversidade na esfera do social advindo dos movimentos sociais, entre eles: o movimento das pessoas negras, das pessoas indígenas, o movimento feminista, os grupos LGBTIQ, o movimento das pessoas sem teto, sem terra, e outras minorias, cuja compreensão e analítica exigia outras ferramentas teóricas." (COSTA, CRUZ, ABRAMOWICZ, ZUIN, SILVA, GOMES, LUIZ, DINIS, RISCAL, RODRIGUES, 2017).

Nesse sentido, Maria Aparecida Silva Bento (2002) chama atenção para a universalização da branquitude, à medida que ocorre a invisibilidade das pessoas negras, inclusive como componente da constituição identitária de pessoas brancas. A autora afirma ainda que a Psicologia nos ensina que cada um de nós encontra diferentes maneiras de não enxergar aquilo que não quer ver. Neste sentido, é possível constatar tal mecanismo em diversos espaços, sendo a educação um campo fértil para esta análise, à medida que diante de uma formação acadêmica, dá-se preferência para determinados assuntos, produções e autores em detrimento de outros.

A presente pesquisa está alinhada aos estudos sobre "Educação, cultura e subjetividade", também ao reconhecer o quanto as áreas da Psicologia e a da Educação estão intrinsecamente ligadas por diversos fatores, entre os quais se destaca o fato de terem construídos bases que orientam as concepções sobre o desenvolvimento humano.

Este estudo está pautado ainda no fato de que a Psicologia foi reconhecida profissionalmente no Brasil apenas em 1962, embora seu histórico enquanto área de saber e efetiva atuação seja anterior, ainda é possível considerar seu lugar de aprimoramento do conhecimento teórico e prático enquanto profissão para a realidade brasileira, reafirmando a necessidade do desenvolvimento de estudos que abarque suas aplicações diante das problemáticas sociais.

Neste momento, vale ressaltar que apesar da profissionalização da Psicologia no Brasil ocorrer no início da década de 1960, é necessário considerar a longevidade de sua história no que concerne à construção de conhecimento,

reforçando, inclusive, ideais racistas ao longo de seu histórico. Suas práticas já foram utilizadas para colaborar com a legitimação do racismo científico, por meio de teorias como a frenologia e a craniometria, que analisavam características fenotípicas para identificar supostas diferenças morais, intelectuais e emocionais (ESPINHA, 2017). Ou seja, não é exagero afirmar que parte da constituição da Psicologia se deu a serviço do colonialismo e do racismo. Dessa forma, ao passo em que se a profissão é chamada à alinhar-se às propostas dos direitos humanos, entende-se a importância de produções de conhecimento que colaborem com a construção de uma Psicologia que, em sua história, tenha mais capítulos emancipadores.

Este estudo fundamenta-se, também, na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia em 2019, as quais apresentam os fundamentos curriculares para o ensino de Psicologia. A partir dessa revisão, foram estabelecidas orientações e diretrizes que instruem a estruturação dos currículos dos cursos de Psicologia em nível nacional. A importância dessas diretrizes reside na promoção de uma formação atualizada e alinhada com as demandas da prática profissional em Psicologia.

I. Metodologia da pesquisa

Esta pesquisa se propõe a realizar análise de abordagem qualitativa e de cunho teórico acerca das relações étnico-raciais na formação em Psicologia. Segundo Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa tem como objetivo a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Sendo assim, se intenciona discutir o impacto das orientações curriculares na formação profissional em Psicologia considerando as consequências psicológicas do racismo para a população negra. Ou seja, a partir do reconhecimento de que a sociedade brasileira é racialmente estruturada, de que as pessoas são atravessadas psiquicamente pelo racismo que socialmente as constitui. Assim, a Psicologia que é produzida e ensinada no Brasil reflete-se também dessa condição.

Dessa forma, o caminho metodológico desta pesquisa inclui: (i) abordar a trajetória da profissão no país e suas relações no que concerne à temática racial; (ii) analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Psicologia, a fim de subsidiar o estudo quanto à identificação da maneira como a temática racial tem sido abordada em materiais orientadores da formação em Psicologia; (iii) apresentar a maneira como o curso está estruturado atualmente no Brasil; e, por fim, (iv) apresentar discussões que permitam refletir consequências de uma formação acadêmica descontextualizada de questões raciais para a saúde psicológica de pessoas negras.

Portanto, têm-se como objetivo geral: identificar a construção da Psicologia sob uma perspectiva étnico-racial, investigando como esse processo ocorreu historicamente e examinando o atual desenvolvimento da área em relação à formação de profissionais comprometidos com a temática das relações raciais.

Objetivos específicos:

a) Apresentar o percurso histórico da Psicologia no Brasil em relação às questões raciais;

b) Analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Psicologia, buscando compreender como a temática racial é abordada neste documento da formação acadêmica em Psicologia;

c) Examinar a maneira como a graduação está organizada atualmente no país quanto à oferta de vagas, instituições e características de quem acessa o curso;

d) Identificar as consequências de uma formação acadêmica descontextualizada de questões raciais para a saúde psicológica de pessoas negras, objetivando tomar conhecimento acerca dos impactos psicológicos dessa falta de abordagem.

II. Revisão Sistemática de Literatura

A pesquisa para a revisão de literatura foi realizada em março de 2023 no Portal de Periódicos CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

No Portal de Periódicos da CAPES os termos foram pesquisados apenas no título das pesquisas, buscando afunilar os resultados para publicações que façam relação com os termos desta pesquisa. Nos demais campos, não houve critérios para exclusão de pesquisas, ou seja, os termos pesquisados poderiam tratar-se de dissertação, livro, periódico, artigo, base de dados ou conjunto de dados da pesquisa, publicados em qualquer idioma e em qualquer ano. Os termos indicados na tabela foram pesquisados entre aspas, para limitar os resultados ao termo exato.

Tabela 1: Resultado da pesquisa no Portal de Periódicos CAPES

AND	Racismo	“Relações étnico-raciais”
Psicologia	112	10
“Formação em Psicologia”	0	1
“Currículo de Psicologia”	0	0
“Ensino de Psicologia”	0	1

Fonte: a autora (2023).

Em relação à busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), também optou-se por pesquisar os termos com recorrência apenas no título das produções, a fim de encontrar resultados que de fato abarcasse os assuntos intencionados, podendo tratar-se de teses ou dissertações, em qualquer ano de publicação.

Tabela 2: Resultado da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

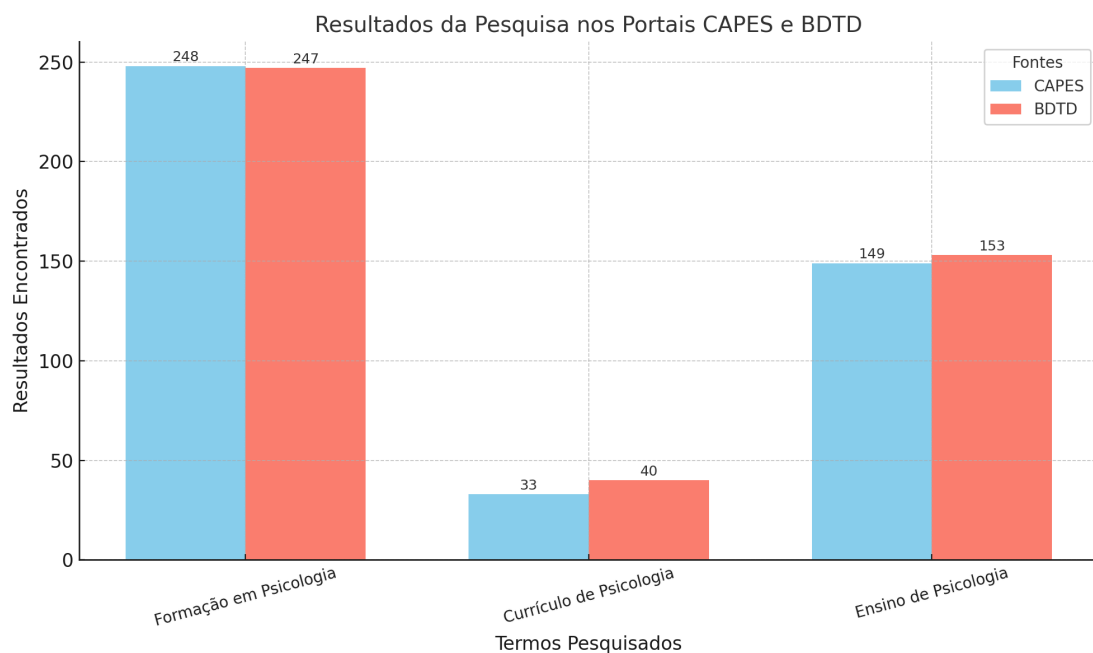
Termos pesquisados	Resultados encontrados
“Psicologia” “Racismo”	6
“Psicologia” “Relações étnico-raciais”	9

“Formação em Psicologia” “Racismo”	0
“Formação em Psicologia” “Relações étnico-raciais”	1
“Currículo de Psicologia” “Racismo”	0
“Currículo de Psicologia” “Relações étnico-raciais”	0
“Ensino de Psicologia” “Racismo”	0
“Ensino de Psicologia” “Relações étnico-raciais”	0

Fonte: a autora (2023).

Com o retorno de poucos resultados nas produções realizadas, "racismo" utilizando exatamente os termos presentes na pergunta de pesquisa (formação, currículo e ensino de Psicologia em conjunto com “racismo” e “relações étnico-raciais”), optou-se por ampliar os termos de pesquisa excluindo a correlação com racismo e relações étnico-raciais, a fim de estabelecer um comparativo quanto às produções que a princípio investem em pesquisar o processo formativo de psicólogos sem, no entanto, levar em consideração o aspecto das relações raciais.

Gráfico 1: Resultado da Pesquisa nos Portais CAPES e BDTD



Fonte: a autora (2023).

Diante dos resultados encontrados torna-se relevante tecer algumas considerações. Inicialmente, tais números revelam que: 1) as produções acadêmicas acerca do processo formativo de profissionais são expressivas, exceto quando tal temática é trabalhada pela perspectiva das relações étnico-raciais ou do racismo; 2) quando há um número significativo de pesquisas sobre tal temática dentro da Psicologia, tais dados não se relacionam com a problemática da formação de psicólogas(os/es), conforme apresentado na tabela 1, visto que a busca pelos termos “Psicologia” e “racismo” retornou 112 resultados, enquanto que “formação, currículo e ensino” obteve resultados zerados. Este é um dado importante, pois traz a indagação do quanto uma parte da área têm se debruçado em pesquisas sobre Psicologia e racismo, reconhecendo as correlações das temáticas sem, todavia, refletir acerca da defasagem na formação de profissionais capacitados para trabalhar com as demandas da população negra.

Portanto, torna-se evidente uma significativa lacuna na abordagem do tema proposto para a pesquisa em educação, especialmente no que diz respeito à análise estrutural da formação em Psicologia relacionada à temática étnico-racial. A escassez de discussões aprofundadas sobre como as questões étnico-raciais são inseridas ou negligenciadas nos currículos e práticas pedagógicas revela uma falha tanto na formação dos profissionais quanto na resposta institucional a esses desafios. Uma possível hipótese para esta questão pode residir no quanto este suposto “esquecimento” revela um projeto político que consiste em não reconhecer o racismo como algo central na estruturação social e que, conseqüentemente, dita toda e qualquer dinâmica relacional.

Ao evidenciar a relevância social, acadêmica e científica deste tema, abre-se espaço para debates que podem fomentar uma formação mais responsiva à temática racial e tendem, portanto, à promoção de avanços no enfrentamento das desigualdades raciais no campo da Psicologia, potencializando contribuições teóricas e metodológicas que valorizem a base de conhecimento sobre as interseções entre educação, Psicologia e raça.

III. Organização dos capítulos: a estrutura da dissertação

O presente trabalho acadêmico se estrutura em três capítulos que visam tecer uma análise acerca da interseção entre a Psicologia, as relações raciais e a formação acadêmica no contexto brasileiro. O primeiro capítulo tem por objetivo, a apresentação do percurso histórico da Psicologia no país. Por meio de uma abordagem cronológica, este capítulo busca elucidar algumas das etapas que delinearam a evolução da Psicologia em contexto brasileiro, considerando influências e marcos institucionais que moldaram a trajetória da profissão no contexto nacional.

O segundo capítulo, por sua vez, concentra-se especificamente nas relações raciais e na interação entre este componente e a produção acadêmica no âmbito da Psicologia brasileira. A análise aborda a construção da Psicologia em contexto nacional a partir de uma perspectiva racial. Além disso, o capítulo evidencia as produções acadêmicas, identificando teorias, pesquisas e intelectuais de destaque para essa área de estudo e explora o conceito de "epistemicídio" como uma lente para compreender como a ausência de perspectivas raciais pode impactar negativamente a formação em Psicologia.

Por fim, o terceiro capítulo concentra-se em específico na formação em Psicologia e suas implicações no contexto racial. Nesta seção, é apresentada a estrutura da formação em Psicologia, identificando quais as orientações curriculares que regem a formação, a articulação desses documentos com a educação das relações étnico-raciais, dados estatísticos acerca dos ingressantes no curso de graduação e profissionais de Psicologia e apresentação de produções acadêmicas existentes nesse campo. Além disso, é apresentada uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais de Psicologia, a fim de subsidiar o estudo para identificar a maneira como a temática racial tem sido abordada em materiais orientadores da formação em Psicologia. Por fim, é realizada uma reflexão acerca da invisibilização da temática racial em contexto acadêmico a partir do conceito de necropolítica.

As ramificações de uma formação descontextualizada foram exploradas, evidenciando como a falta de um entendimento adequado das especificidades históricas, culturais e sociais pode agravar disparidades já existentes, negligenciando as experiências particulares da população negra, especialmente em relação ao racismo estrutural e suas consequências. Isso não apenas reforça desigualdades sistêmicas, como também contribui diretamente para o agravamento da saúde mental, dessa forma entende-se que a ausência de um processo formativo que abarque as questões raciais tende a perpetuar um ciclo de invisibilização, prejudicando o acesso à cuidados de qualidade e o bem-estar geral das pessoas negras.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL

*Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar, ô
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte*

Luedji Luna.

Toda área de conhecimento científico constitui-se a partir dos elementos históricos, territoriais e culturais que a instituem e lhe atribuem tal status, ou seja, a partir das múltiplas determinações do que é o ser humano, das concepções de sociedade e classe, da construção histórica e social daquele determinado saber (ANTUNES, 2012).

Desse modo, para a compreensão do momento atual da Psicologia no Brasil, optou-se aqui por um percurso histórico que levou em conta as várias transformações que ocorreram ao longo do tempo, como as mudanças nas políticas públicas, os impactos da colonização, as influências de teorias importadas e os desafios internos da sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e raciais. Esse resgate, é teoricamente orientado para permitir vislumbrar como a Psicologia se consolidou enquanto campo de conhecimento no Brasil, mas também como continua a ser influenciada por questões estruturais, como o racismo, a exclusão social e as desigualdades econômicas.

Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. [...] Mas, se nem mesmo as verdades são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução (GRAMSCI, 1999, p. 174).

Acompanhando a ideia de Gramsci, para quem a compreensão crítica da realidade é impossível sem o entendimento prévio de suas condições históricas (GRAMSCI, 1999), o presente capítulo tem por objetivo observar a Psicologia no tempo e espaço da história do Brasil, sendo igualmente a própria História, enquanto ciência, uma prática social (DEL PRIORE, 2002) e, desse modo, acompanhada dos pressupostos e interpretações do tempo em que se produz.

Faz-se crucial iniciar a discussão sobre a temática em questão reconhecendo que o debate racial não é algo novo na Psicologia. Na realidade, a Psicologia sempre esteve envolvida na questão racial, porém, ao longo da história, a natureza desse discurso, suas considerações e afirmações, têm se transformado de acordo com o contexto sociopolítico. É importante reconhecer o potencial da Psicologia em legitimar concepções sobre esses assuntos, uma vez que as teorias e práticas psicológicas têm influenciado significativamente as percepções e políticas relacionadas à raça. Portanto, a reflexão sobre como a Psicologia aborda a questão racial é fundamental para a compreensão de seu papel na construção de distanciamentos de discursos racistas.

(...) ao se omitir do enfrentamento da opressão dessa ideologia e fechar os olhos e ouvidos para as humilhações sociais e demandas que gritam na clínica, na escola, nas organizações, enfim, em todas as áreas de atuação, a Psicologia demonstrou cumplicidade com a ideologia do racismo e suas práticas causadoras de sofrimento psíquico, adoecimento e mortes. Assim, a Psicologia não só foi conivente com o racismo, como o munuiu de justificativas e ferramentas de dominação política e psicológica. (PRESTES, 2013, p. 43).

Nesse sentido, observar a História da Psicologia a partir da ótica das relações étnico-raciais, torna-se um exercício de memória e releitura das ideologias que nortearam a prática dessa ciência em determinados períodos históricos como da colonização e as derivações do que era considerado ciência à época, como a eugenia. Ao examinar a história brasileira evidencia-se que, desde a educação básica, um processo de empobrecimento no que se refere ao desenvolvimento de percursos históricos que auxiliem na construção de uma identidade racialmente contextualizada, “devido a um complexo processo histórico de colonização cultural e social realizado, entre outras coisas, através do obscurecimento da memória do

passado e do ocultamento de seus sinais no presente” (MASSIMI, 2008), o que demonstra a necessidade do resgate histórico no fazer da pesquisa acadêmica.

1.1 O cenário brasileiro: conhecimento científico, colonialismo e raça

A ideia de raça como a conhecemos na atualidade teve sua origem com a colonização das Américas, quando características que até então indicavam apenas a origem geográfica passaram a servir como afirmações de identidade com conotação racial (QUIJANO, 2005). A partir dessa diferenciação, papéis sem qualquer interdependência “natural” ou biológica foram naturalizados - como a presunção de que corpos negros deviam ser mão de obra barata, por exemplo - servindo como base para o racismo, a exclusão e o capitalismo baseando-se na ascendência do indivíduo.

As percepções da raça que atravessaram a história brasileira, de acordo com Alves (2020), são: (1) a raça como natureza, em termos de “raça biológica”, algo que ainda que esteja cientificamente desmentido ainda hoje é muito visto no senso comum; (2) como algo inexistente, a partir da crença persistente numa “democracia racial” e; (3) como realidade sociológica, que é o conceito mais usado na atualidade (ALVES, 2020). Gomes (2005) afirma que “as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico” (GOMES, 2005 p. 49). Ainda assim, ao utilizar o termo “raça”, ainda hoje, remete-se a pessoas negras, sempre invisibilizando a branquitude, sendo a raça branca tida como perspectiva neutra e universal e sempre o outro demarcado.

No que se refere ao racismo e a ideia de suposta democracia racial, vale a pena apresentar a discussão trazida por Lélia Gonzalez:

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (GONZALEZ, 2020, p. 47).

Tais contradições nos remetem ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei, que o negro é um “um cidadão igual aos outros” graças à Lei Áurea, nosso país é o grande exemplo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio (GONZALEZ, 2020, p. 173).

A partir disso, pode-se definir a branquitude a partir de cinco pontos que, de forma conjunta, posicionam pessoas brancas em privilégio social em relação a pessoas negras, sendo estes: (1) a branquitude como norma, por ser um lugar de suposta neutralidade, um grupo que não é marcado como são os grupos subalternizados; (2) como sinônimo de poder pela dominação, supremacia e privilégio; (3) como identidade pela construção do eu a partir da percepção do outro no lugar do privilégio; (4) como falta: ser branco é não ser negro; e (5) como capital, a partir de valores e normas atribuídas distintamente (ALVES, 2020).

Dessa forma, a própria ideia de civilização é constituída por esses acontecimentos. No processo colonizatório, a construção e distribuição racialmente orientada de novas identidades levou a uma divisão racista do trabalho para o capitalismo colonial, em que cada forma de trabalho era determinada para um agrupamento racial. Assim, o controle de um tipo de trabalho implicava na dominação de todo um grupo racial. Nessa perspectiva, o trabalho assalariado era privilégio branco (europeu), tornando a Europa o centro do mundo capitalista até cerca de 1870, focalizando toda a produção cultural dos países colonizados sempre em aproximação/comparação/oposição à cultura eurocentrada.

Observamos, conforme Mbembe (2010; 2013), que o discurso da universalização dos conhecimentos europeus é um fenômeno datado de um

período específico, principalmente entre os séculos XIX e XX. Durante esse intervalo temporal, a fragmentação dos saberes desempenhou um papel crucial, legitimando, aos olhos dos ocidentais, a politização e hierarquização do conhecimento, características que ainda deixam sua marca em nossa era. A própria concepção de objetividade científica foi utilizada para ocultar a escolha política de posicionar corpos brancos e masculinos de alguns países europeus, apresentando-os como os únicos supostos produtores do conhecimento e detentores exclusivos da razão (GROSFOGUEL, 2013).

Nesse sentido, o trabalho intelectual, a produção da ciência em diferentes áreas do conhecimento era um privilégio branco e europeu, por serem esses os sujeitos a quem era permitido esse tipo de trabalho. No contexto da colonização, os costumes, a cultura e a ciência europeia eram ensinados e impostos como verdades absolutas e universais, ainda que representassem apenas uma parte da população mundial e se tratasse de um viés marcado. No que tange a este ponto, Sueli Carneiro (2005) discorre acerca do epistemicídio,

epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005, p. 96).

Operando a morte do "sujeito negro" enquanto figura metafórica, na capacidade de construção de conhecimento, desde a negação ao acesso à educação até a deslegitimação da pessoa negra enquanto intelectual, sendo a desqualificação das formas de conhecimento uma desqualificação das pessoas, acompanhando o processo de discriminação que vem desde o racismo científico. A desqualificação das formas de conhecimento oriundas de populações negras não se dá apenas no campo acadêmico, mas também nas práticas culturais e sociais, onde saberes ancestrais e formas de conhecimento tradicionais são muitas vezes marginalizados ou considerados inferiores. Essa desvalorização tem raízes profundas no racismo científico que, durante séculos, buscou justificar hierarquias raciais e intelectuais.

Se, ao pensar na modernidade, procura-se se referir “às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular” (QUIJANO, 2005, p. 112), para Quijano não são estas características exclusivas da formação da Europa, havendo outros povos aos quais é possível atribuir todas essas características antes da Europa, sendo a única exclusividade da cultura eurocêntrica o fato de ser a primeira a expandir (e se impor) globalmente.

Da mesma forma, a existência do capital remonta a muito antes da imposição da Europa como centro do mundo, conforme apresentado pelo autor,

antes da emergência da América, [o capital] não está em nenhum lugar estruturalmente articulado com todas as demais formas de organização e controle da força de trabalho e do trabalho, nem tampouco era ainda predominante em relação a nenhuma delas. Só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, [...]. (QUIJANO, 2005, p. 115).

Com o novo sistema-mundo capitalista e eurocêntrico, impuseram-se também os diferentes dualismos que procuravam positivar ou negatizar termos que não se confirmavam ao modo de existir europeu, capitalista, moderno etc., inclusive aqueles que incluíam corpos racializados nas categorias de natureza em oposição aos corpos brancos/europeus, que seriam aqueles dotados de razão.

É a partir desse contexto, da produção científica europeia imposta como conhecimento universal no contexto da colonização, que diversas hierarquias sociais foram naturalizadas e repetidas até os dias atuais. A Psicologia, enquanto conhecimento científico, construiu-se a partir desses sujeitos que faziam parte desse contexto histórico. Ainda assim, no exercício dialético da construção do conhecimento, tensionamentos e questionamentos das normas vigentes foram evidenciados e novas perspectivas puderam ser pensadas.

Dessa forma, é relevante enfatizar a importância de se refletir sobre a construção e atuação de uma profissão a partir do contexto social em que ela está inserida, com as demandas da realidade de tal contexto sociocultural. O desenvolvimento de determinada área do conhecimento se consolida a partir da

relação entre o que se produz teoricamente e a inserção deste saber teórico aplicado às demandas do contexto.

Antunes (2012), aponta o trajeto histórico da Psicologia em três momentos, sendo o primeiro, durante o período colonial; o segundo, com seu desenvolvimento a partir de um processo de autonomização; e, por fim, o terceiro, por um processo de consolidação da Psicologia no Brasil, sendo este último o que culminará em sua profissionalização em 1962. Tal caminho histórico é apresentado no subcapítulo seguinte.

1.2 Trajetória da Psicologia no país

Iniciando a discussão acerca da história da Psicologia partindo do período colonial, de acordo com Massimi (2008), apesar de evidentemente não haver um fazer da Psicologia como profissão durante o Brasil Colônia, é necessário identificar que os componentes que atribuem características ao contexto cultural brasileiro e, conseqüentemente no âmbito psicológico, somente podem ser compreendidos pela perspectiva de suas raízes históricas. Neste sentido, a autora discorre acerca do termo “História das Ideias Psicológicas”:

Tal objeto não é restrito à Psicologia científica, mas abrange o domínio das assim-chamadas “idéias psicológicas”. Apesar dessa expressão ter sido criticada nos anos 70 por ter uma conotação “idealista”, é hoje em dia recuperada no contexto da História Cultural, sendo utilizada para denominar todas as elaborações conceituais e todas as práticas de intervenção com indivíduos e grupos, geralmente definíveis como “psicológicas”, mas formuladas e aplicadas em épocas anteriores ao advento da Psicologia científica, por diferentes culturas e em diversos contextos geográficos e sociais. (MASSIMI, 2008, p. 69).

Dessa forma, inicialmente torna-se necessário compreender o período colonial no Brasil como precursor do desenvolvimento do capitalismo. O país, sob domínio de Portugal, instaurou-se como colônia de exploração, utilizando-se da mão de obra de pessoas escravizadas para tecer riquezas ao país colonizador.

De acordo com os estudos realizados por Massimi (2004) acerca da produção de conhecimento durante o período colonial e suas interferências na construção da Psicologia no país, com forte influência da religião católica, os jesuítas assumiram a condição e responsabilidade pela educação das pessoas em processo de colonização e, portanto, passaram a deter o conhecimento a ser considerado de forma legítima. Neste ponto, faz-se relevante enfatizar o expressivo caráter ideológico que acompanhava este período, ideologia essa que passou a corroborar e justificar a exploração colonizadora.

A isso somam-se as ideias racistas, cada vez mais fortes e elaboradas, preocupadas em garantir não só a supremacia étnica de base europeia mas também em segregar ou eliminar a presença de outras origens étnicas e raciais na formação social brasileira. Coube ao pensamento científico, representado principalmente pelo poder médico, construir o discurso que sustentava tais ideias, dentre estas, muitas relacionadas ao fenômeno psicológico. (ANTUNES, 2012, p. 50).

Seguindo com seu desenvolvimento no país, os hospícios criados no século XIX e com maior expansão no século seguinte, desenvolvem laboratórios de Psicologia, demarcando uma presença mais expressiva da área e, posteriormente, conferindo o status de ciência autônoma no Brasil, com contribuições no interior da Educação e da Medicina, sendo este processo o que Antunes (2012) classificou como a autonomização da Psicologia.

Nesse sentido, deve-se considerar que a instituição do manicômio reproduz uma lógica de dominação racista, que em sua execução foi utilizada junto a outras historicamente, para aprisionar a população negra no Brasil ao longo dos anos. O manicômio, nesse contexto, funcionava como uma forma de efetivação da política eugenista do início do século XX, em que se efetivou uma política de projeto do branqueamento da população brasileira, com o incentivo e a promoção da imigração de pessoas brancas para o Brasil, enquanto “uma decadência moral/sexual eram atribuídas à herança psíquica de negros e mestiços” de modo que esse grupo era percebido como um perigo para a sociedade, justificando a internação psiquiátrica (DAVID E VICENTIN, 2020).

Conforme apontado por Serra e Scarcelli (2014), a principal intenção da ciência médica eugênica era patologizar pessoas negras, indígenas e descendentes de asiáticos, ao mesmo tempo que afirmava uma suposta periculosidade das classes pobres e legitimava o ideário da branquitude. Nesse contexto, eram justificadas e efetivadas não apenas as internações da população negra em manicômios, mas também a ideologia de uma dita inferioridade dessa comunidade. Essa visão corroborava certos tipos de relações sociais e de trabalho hierarquizadas racialmente, tornando-se um meio de controle social.

Essa manicomialização teve, no decorrer do tempo, diferentes formas que vão do abono das crises socioeconômicas das primeiras décadas do regime republicano, em razão da abolição da escravatura, à famigerada busca antiaboliconista; à 'arianização'; ao combate de vícios como o álcool e o tabaco; ao incentivo de 'bons hábitos, atividade física e intelectual'; à política do branqueamento e às práticas de controle de imigração dos considerados 'inaptos'; à proibição de casamento entre os ditos 'anormais'; à esterilização dos 'degenerados', atualizando-se no genocídio da população pobre, preta e periférica; assim como à guerra contra as drogas e ao combate em relação ao crack. Independentemente de sua forma e ação, o escopo central dessas práticas, ao longo dos anos, tem sido o controle social a partir da interseccionalidade raça/cor, classe social e gênero (DAVID E VICENTIN, 2020, p. 272).

A análise do contexto manicomial revela uma estratégia de controle e exclusão dos corpos negros, manifestada por meio de um modelo institucional permeado pela violência e alimentado pelo racismo estrutural, o qual se renova mediante um complexo de violências raciais institucionalizadas. Este fenômeno evidencia a desumanização sistemática da pessoa negra, com o encarceramento em massa destacando-se como uma das formas de marginalização ao longo da história. As instituições manicômios refletem essa dinâmica, reforçando a continuidade de políticas e práticas discriminatórias que perpetuam a subjugação e a exclusão dos corpos negros na sociedade.

O que queremos destacar é que essas instituições de violência são funcionais para a reprodução das desigualdades e opressões, além de realizarem o controle dos corpos, comportamentos e subjetividades. A naturalização da violência institucional sobre os corpos negros compõe o modelo manicomial. O manicômio estrutura-se para além de uma edificação, pois mesmo com o fim do hospital psiquiátrico ainda experimentamos inúmeros formatos e formas de apartheid social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos, ou seja, o manicômio é social, uma vez que ele está introjetado e reproduzido nas relações sociais (PASSOS, 2018, p. 13).

No que se refere à Reforma Psiquiátrica e à Luta Antimanicomial no Brasil, é importante explicitar que foram movimentos profundamente influenciados pela Reforma Psiquiátrica Democrática Italiana, conforme destacado por Raquel Gouveia Passos (2018). Este movimento brasileiro ecoa as ideias promovidas por Franco Basaglia, que via a comunidade terapêutica como um mecanismo sofisticado de controle sobre pacientes. Basaglia propunha que a verdadeira transformação exigia que a comunidade terapêutica desempenhasse um papel crítico, revelando as contradições do sistema e instigando revoltas entre as pessoas oprimidas (SERAPIONI, 2018).

Embora seja amplamente sabido que a Reforma Psiquiátrica brasileira foi influenciada pelo modelo italiano, um aspecto frequentemente invisibilizado é a forte influência de Frantz Fanon sobre Basaglia e, conseqüentemente, sobre a luta antimanicomial no Brasil. À nível de reforma no que se refere às mudanças implementadas por Fanon, permeadas por seu posicionamento contrário ao modelo de opressão e colonização nos indivíduos, suas práticas incluíram substituir a separação racial das alas por uma que considerasse o sofrimento psíquico, além dos pacientes passarem a ter liberdade para entrar e sair das salas quando quisessem e as camisas de força só seriam usadas em último caso (FAUSTINO, 2015).

Tais práticas posteriormente influenciaram um movimento mais amplo de reformulação das abordagens terapêuticas no campo da saúde mental. Ao desafiar as normas estabelecidas e buscar uma abordagem mais humanizada e centrada nas necessidades individuais para a comunidade de pacientes, Fanon abriu

caminho para uma revisão fundamental das práticas de cuidado em saúde mental, refletindo o legado duradouro, porém invisibilizado, de suas contribuições para a reforma das práticas psiquiátricas.

Nos percursos da experiência brasileira não identificamos qualquer menção sobre a contribuição de Fanon para a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, o que demonstra um afastamento do debate étnico racial, em especial, sobre o colonialismo e seus efeitos sobre a constituição da subjetividade (PASSOS, 2018, p.15).

Ao discutir a intersecção entre a Reforma Psiquiátrica e a invisibilização do conhecimento elaborado por pessoas negras no Brasil, é essencial destacar o trabalho de Ivone Lara. Antes de ser Dona Ivone Lara, sambista, cantora e compositora, Ivone também se destacou como enfermeira, assistente social e especialista em terapia ocupacional, desempenhando um papel significativo ao lado de Nise da Silveira. Seu trabalho foi fundamental para a elaboração e implementação de práticas de saúde mental que adotavam uma abordagem humanizada, desafiando assim a lógica asilar predominante.

No entanto, a invisibilização do trabalho de Ivone Lara no campo psi reflete um exemplo evidente do epistemicídio do conhecimento e produção de pessoas negras. Este episódio destaca a necessidade urgente de reconhecer e valorizar as contribuições das profissionais negras e negros, considerando a predominância de mulheres negras, na transformação do campo da saúde mental no Brasil.

Assim, a trajetória de Yvonne, ainda que invisibilizada pela história, foi no passado – e certamente é nos dias atuais – uma referência para a ação em terapia ocupacional. Ainda que num contexto institucional de desumanização e violência, as fissuras provocadas pelo trabalho desenvolvido por Yvonne nos fomenta e informa em diversos caminhos. Seja pela atividade, especialmente a música, usada para promover participação e expressão dos sujeitos institucionalizados, pautadas nas necessidades e desejos desses, ainda que circunscritos nos limites da lógica manicomial; seja pelo trabalho de articulação com as famílias na busca de processos de desinstitucionalização dos sujeitos, que procurava gerar o reestabelecimento da rede familiar, numa lógica extra-muros (JUNIOR, FARIAS E MARTINS, 2021).

Neste ponto, cabe abordar o histórico do jornalista e escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto, visto que sua biografia denuncia uma experiência estigmatizada pelo racismo, pobreza e marcadores acerca da história da loucura e de instituições manicomiais no Brasil. Nascido em 13 de maio de 1881, na cidade do Rio de Janeiro, Lima Barreto publicou uma vasta produção literária, dentre elas, seu livro “Diário do Hospício Cemitério dos Vivos” com publicação em 1953, obra em que revela sua experiência de internação em hospital psiquiátrico. O escritor esteve internado duas vezes, sua segunda passagem pelo Hospital Nacional dos Alienados, entre o final de 1919 e início de 1920 culminou na escrita de seus diários (CAMARGO, 2021).

Entrei no hospício no dia de Natal. Passei as famosas festas, as tradicionais festas de fim de ano, entre as quatro paredes de um manicômio. Estive no Pavilhão pouco tempo, cerca de vinte e quatro horas. O Pavilhão de observação é uma espécie de dependência do Hospício a que vão ter os doentes enviados pela polícia, isto é, os tidos e havidos por miseráveis e indigentes, antes de serem definitivamente internados. (BARRETO, 1953, p. 121).

A polícia, não sei como e por que, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis (...) todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados. (BARRETO, 1953, p. 121).

A abordagem da interseção entre manicômios e racismo suscita reflexões relevantes acerca das estruturas institucionais que historicamente contribuíram para a marginalização, exclusão e estigmatização da população negra. É imperativo considerar os desdobramentos no campo da Psicologia ao examinar a lógica discriminatória presente na justificativa de internações psiquiátricas e na perpetuação de estereótipos raciais. A compreensão das dinâmicas que permeiam a relação entre Psicologia e racismo demonstra os modos como teorias psicológicas podem reproduzir e perpetuar vieses raciais, afetando, assim, as práticas clínicas e terapêuticas.

No contexto das abordagens terapêuticas em tratamentos psiquiátricos na história do Brasil, o impacto da perspectiva de Juliano Moreira é notável. Ao assumir a direção do Hospício Nacional de Alienados em 1903, posteriormente renomeado em homenagem à psiquiatra Nise da Silveira, Moreira revolucionou as

práticas terapêuticas da época, introduzindo abordagens humanizadas para os tratamentos de saúde mental. Sua influência foi fundamental para a transformação da visão e das condutas relacionadas à assistência psiquiátrica no país.

A partir da sua entrada no Hospício, o embasamento teórico e terapêutico começou a ser debatido sob novos parâmetros pelo grupo em torno de Juliano, levando a práticas consideradas pelo grupo como de maior cientificidade, o que, por sua vez, determinou a inserção dessas no sistema de assistência aos alienados. Com o apoio do organicismo, Moreira há um só tempo lutou por desacreditar as teses raciais (Moreira 1905) e climáticas (Moreira e Peixoto 1906) como base etiológica da doença mental e por reafirmar a ciência como fundamental para a regeneração dos cidadãos (Moreira 1922). (CASTRO E FACHINETTI, 2015, p. 30).

Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender a quais interesses a Psicologia vinha servindo naquele momento (século XX), ou seja, a quais ideais estava articulada e em quais condições históricas do país a Psicologia pôde se desenvolver durante seu processo de autonomização.

Segundo Figueira (2014), naquele período o Brasil passava por diversas transformações sociais, que devido ao processo de industrialização, expansão das cidades e aumento populacional, com conseqüente insalubridade dos centros urbanos (surtos epidêmicos e alto índice de mortalidade), provocou-se discussões sobre a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas higienistas, neste cenário surge a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

É imprescindível que, ao discorrer acerca da história da Psicologia no Brasil, este estudo perpassa pela LBHM, visto sua notória importância no processo de tornar a área uma ciência autônoma no Brasil. Em especial, vale refletir acerca dos caminhos que se construíram tal ciência e os vieses que assumiram durante este percurso. A Liga Brasileira de Higiene Mental foi uma instituição fundada em 1923, moldada para a adaptação dos indivíduos a uma suposta ideia de normalidade, e entre outras finalidades, concentrou seus estudos acerca de testes psicológicos e desenvolvimento infantil, objetivando avaliar as funções mentais e estabelecer padrões (NASCIMENTO E MANDELBAUM, 2020).

Como elemento que colaborou para a extensão do poder psiquiátrico, a psicologia implicou-se em duas dimensões da atuação do poder disciplinar: os corpos individuais e o corpo social. Assim, a psicologia também encontrou a possibilidade de sua vulgarização, não sem as contradições emergentes na posição de saber e técnica disciplinar (...) Aos saberes psicológicos caberia não apenas auxiliar na adaptação dos sujeitos, tarefa fundamental para a higiene mental, e na assistência aos doentes, mas sobretudo ser capaz de determinar os limites entre o normal e o anormal nas diferentes dimensões que compõem a vida social. (NASCIMENTO E MANDELBAUM, 2020).

Neste sentido, torna-se relevante enfatizar o momento histórico vivenciado pelo país durante o desenvolvimento da Liga. Após a abolição da escravatura (1888) e independência do Brasil (1889), surgiram diversos movimentos científicos e sociais, em muitos desses movimentos se concentravam ideais de eugenia e higiene mental. Ou seja, a noção de "higiene mental" é marcada pela correlação direta com a distinção racial. Assim, "higienizar-se" mentalmente, tornar a mente saudável e higienizada, esteve vinculada a uma determinada ordem racial, a saber, marcada pela branquitude. É neste contexto que se desenvolve a LBHM, devido ao momento de mudança social, os estudiosos da época - compostos por membros da classe média -, permeados pelo ideal positivista de ordem, racionalidade e progresso desenvolviam uma perspectiva de modernidade por meio da ciência, a fim de tecer explicações acerca das doenças que assolavam o país, baseando em teorias de Francis Galton (ABADE E BORGES, 2020), neste contexto ocorre a transformação do movimento eugênico em campanha nacionalista classificando raças inferiores e superiores.

Dessa forma, nota-se mais um capítulo da história da Psicologia manchado pelo racismo que a acompanhou, quanto a LBHM e o racismo científico praticado em seu desenvolvimento, Abade e Borges (2020) discorrem que

O Brasil no século XX representava um grande e completo laboratório no qual as raças branca, indígena e preta apresentavam variedades de uma grande mistura étnica. Segundo os eugenistas, o único recurso possível para promover o melhoramento da espécie humana consistiria na multiplicação das famílias eugênicas e na restrição gradual e progressiva das não eugênicas. No entender desse grupo, o sonho de sociedade moderna estava ameaçado por esses indivíduos que possuíam um caráter específico, eram não arianos, cabendo a intelectualidade brasileira através dos cientistas, artistas políticos, médicos e investidores o aperfeiçoamento da raça, a eugenia, que principalmente através da bioantropologia procuravam a “cura” dos considerados desviantes ou delinqüentes (BOLETIM, 2020, apud ABADE E BORGES, 2020, p. 3).

Neste ponto, vale salientar que o processo de consolidação e institucionalização da Psicologia se iniciou por meio de instituições educacionais e médicas, com representantes intelectuais da classe média. Dessas instituições, além da LBHM, as Escolas Normais também representaram notória importância para o desenvolvimento da Psicologia. Durante as reformas estaduais de ensino ocorridas em 1920, a Psicologia foi uma das bases científicas de maior expressão no processo de reformulação da educação (ANTUNES, 2012).

A década de 1920 é marcada no Brasil como um momento de instabilidade em diferentes instâncias do país, ocorrem revoltas, como a do tenentismo - movimento político-militar ocasionado pela insatisfação com a república oligárquica, movimentos de renovação cultural, marcado pelo modernismo, além de crises na cafeicultura culminando em dificuldades financeiras para o país. Tal instabilidade tem como consequência o golpe de 1930, com Getúlio Vargas no poder. Este é um fato importante para entender a história da Psicologia no Brasil, pois é neste momento que a educação se torna um projeto do Estado, e é por meio das Escolas Normais que a Psicologia vai se apresentando como uma das bases da educação, em especial com um trabalho voltado para os testes e a psicometria, assumindo forte presença de livros da área da Psicologia na Biblioteca da Educação (VILELA, 2012).

Esse período caracteriza-se pela expansão do ensino de Psicologia, das Escolas Normais para o ensino superior, especialmente nos cursos de Filosofia e pedagogia, pelo aumento da publicação de livros e periódicos, expansão das atividades de pesquisa, criação de associações de Psicologia, realização de congressos e, especialmente, pelo aumento dos campos de atuação da Psicologia que, da educação, estende-se para a organização do trabalho e para a prática clínica. Destaque deve ser dado ao fato de que muitas instâncias governamentais tiveram, na Psicologia, uma das bases científicas para a intervenção social, com especial ênfase nas questões relacionadas ao trabalho e a sua racionalização (ANTUNES, 2012).

A partir de então, pode-se considerar o processo de institucionalização da Psicologia no país, e conseqüentemente, a consolidação da área com teoria e aplicação nos campos de atuação, que mais tarde culminará no reconhecimento enquanto profissão. Em 1953 é criado o primeiro curso de graduação em Psicologia pela Puc-Rio, seguido, no ano seguinte, pela PUCRS. Partindo deste contexto, dá-se início à busca pelo reconhecimento da profissão e dos cursos por meio do desenvolvimento de um pré-projeto de currículo elaborado em 1954 pela Associação Brasileira de Psicotécnica e publicado nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica em 1954, projeto este que inicialmente não foi aceito mas abriu espaço para discussão que desencadeia o projeto finalmente aprovado em 27 de agosto de 1962 como Lei nº 4.119 (VILELA, 2012).

Portanto, é fundamental reconhecer a importância de considerar a historicidade da Psicologia como uma construção essencialmente social, inserida em um contexto específico de tempo e espaço. As contradições que marcaram os períodos de desenvolvimento da área no país são evidentes, mas também é inegável que essa história é, invariavelmente, marcada não apenas pela negligência no cuidado da saúde mental de certos grupos, mas também pela produção ativa que rotulou vidas e corpos como adoecidos, sujeitos a intervenções e tratamentos coercitivos. Essa dinâmica revela como a Psicologia se relacionou com questões de poder, estigmatização e controle social, influenciando a forma como determinadas populações foram percebidas e tratadas ao longo do tempo.

No capítulo seguinte, serão apresentados estudos específicos de pessoas negras na Psicologia, destacando a importância e a relevância de suas

contribuições para o avanço da ciência psicológica e para a compreensão das complexidades das vivências humanas, especialmente no contexto das experiências étnico-raciais. Essas produções foram insistentemente marginalizadas ao longo da narrativa de construção de saber da Psicologia, devido ao processo epistemicida permeado pelo campo, que invisibiliza a produção do conhecimento negro. Tais nomes se transformaram em referências que despertam perspectivas indispensáveis acerca das intersecções entre raça, identidade e saúde mental. Através do reconhecimento e valorização desses trabalhos, a Psicologia poderá trilhar caminhos que permitam uma compreensão alinhada e contextualizada às questões raciais.

CAPÍTULO 2

PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

De todos os amores de minha vida, de todos os muitos amores que me fizeram a vida; está minha terra, o lugar, os lugares do meu país. De todos esses amores, às vezes dores, elas marcando meu corpo ceivando-o e cevando-o em sangue e carne vigorosos.

Beatriz Nascimento.

A compreensão dos rumos atuais que a Psicologia tem tomado em relação aos estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil, requer uma análise criteriosa do histórico dessas discussões e de sua evolução ao longo do tempo. A investigação sobre o tema deve abarcar os contextos que deram origem a essas reflexões, bem como as contribuições de diferentes correntes teóricas e paradigmas científicos que moldaram o desenvolvimento desse campo de estudo.

A fim de compreender a trajetória atual da Psicologia em relação a essas questões, faz-se necessário examinar como as perspectivas teóricas foram influenciadas por transformações sociais, políticas e culturais no país, e de que forma as abordagens têm respondido às demandas e necessidades das populações étnico-raciais marginalizadas. Apenas por meio de uma análise contextualizada, torna-se possível delinear direcionamentos que apontam para a consolidação de uma Psicologia comprometida com a promoção da justiça social.

Abordar a relação entre Psicologia e os legados da colonização no Brasil, implica em considerar que a colonização não apenas impôs uma hierarquia racial que marginalizou os povos indígenas e africanos, mas também estabeleceu bases que influenciam até hoje a maneira como as questões de raça são compreendidas e tratadas no âmbito psicológico. A Psicologia, enquanto disciplina, desenvolveu-se em um contexto permeado por essas desigualdades, frequentemente perpetuando visões que contribuíram para o epistemicídio, ou seja, a negação e a deslegitimação do conhecimento produzido por grupos racialmente oprimidos. Neste capítulo, portanto, intenciona-se apresentar parte da construção da Psicologia em relação às questões raciais, além das produções de pessoas que

contribuíram para o enriquecimento da área no que concerne às questões raciais, para que seja possível delinear os caminhos que venham na contramão do epistemicídio ao qual o campo psi foi conivente.

2.1 Breve histórico sobre Psicologia e Relações Étnico-Raciais no contexto brasileiro

Santos, Schucman e Martins (2012) descrevem três momentos do pensamento psicológico brasileiro sobre as relações étnico-raciais. O primeiro, entre o final do século XIX e início do século XX, marcado pelo advento e consolidação do modelo médico-psicológico, algo que abriu margem para o surgimento da escola Nina Rodrigues, que investigava as características psicológicas de pessoas negras com embasamento pelo evolucionismo/darwinismo social, com afirmações de que os agrupamentos humanos seriam desiguais por natureza devido às diferentes aptidões inatas que fazem de uns superiores e outros inferiores, desenvolveu ainda a ideia de que a política de embranquecimento defendida pelo governo na época não resolveria, já que a mistura com pessoas negras teria como consequência prejuízos irreparáveis (PRESTES, 2020).

Torna-se importante salientar que a produção realizada por Nina Rodrigues esteve fundamentada no que mais tarde foi chamado de racismo científico (RODRIGUES, 2015), que transplanta do mundo biológico ao sociocultural modelos e tipologias de sistemas classificatórios a fim de comprovar de maneira arbitrária uma suposta superioridade racial, descartando o histórico de violência do colonialismo aos povos negros e indígenas. Quanto ao racismo científico, Chaves (2003) aponta:

Em suma, o cientificismo racista do século XIX não contemplou o processo de opressão e de exploração, nem as expressões sociopsicológicas do colonialismo. A divisão ideológica da humanidade foi ignorada em favor de uma explicação biológica dos fenômenos sociais. Isto mascarou os condicionantes sócio-históricos enquanto responsáveis pela diferença entre culturas, pessoas, inserções e participação humana na vida social (CHAVES, 2003).

O segundo momento, entre a década de 1930 e 1950, refletiu na crítica e desconstrução do determinismo biológico das raças, com a introdução da Psicologia no Ensino Superior e discussão sobre a diferença por uma perspectiva sociocultural, momento em que se desenvolve os primeiros cursos acadêmicos que tratam sobre Psicologia Social (SANTOS, SCHUCMAN E MARTINS, 2012), um exemplo de pesquisadora pioneira acerca do tema é Virgínia Leone Bicudo, com produções fundamentais para o rompimento do determinismo biológico nas discussões sobre raça que vinham sendo construídos na Psicologia, e à vista disso, reflexões acerca das consequências psicológicas em pessoas negras ocasionadas pelo contexto social de opressão.

Em tese, Virgínia fala a partir de um recorte de classe (ela investiga negros pobres e de classe média) e analisa temas como hibridismo cultural, miscigenação, relações amorosas, casamento e dá enfoque ao que chama de “o pensamento obsessivo de não possuir boa aparência” (BICUDO, 1945, p.37). Para ela, “este pensamento indica possivelmente que as dificuldades de ascensão social estão diretamente ligadas à cor” (Idem, p. 37). A análise das experiências dos mestiços também é central em seu texto (GOMES, 2013, p. 101).

Neste momento é relevante enfatizar a importância da presença de Bicudo no Projeto UNESCO, momento em que se debruçou para a pesquisa do espaço escolar, psicologia infantil e relações étnico-raciais (SANTOS, 2018), seu trabalho neste Projeto culminou na publicação de seu artigo intitulado “Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas”.

Neste estudo, realizado no âmbito do Projeto UNESCO, Bicudo investigou de forma específica a questão da discriminação racial em ambientes escolares. Sua pesquisa envolveu a entrevista de mais de 4 mil crianças de escolas públicas de

São Paulo, com o intuito de revelar as inclinações e rejeições relacionadas à cor desde a infância. Os achados de Bicudo se mostraram de grande relevância para o contexto das políticas educacionais étnico-raciais, no entanto, suas produções foram publicadas na primeira edição como "apêndice", enquanto na segunda edição sua pesquisa foi completamente retirada do trabalho, permanecendo apenas Florestan Fernandes e Bastide como autores e organizadores dos trabalhos expostos. Posteriormente, Florestan Fernandes se torna referência nos estudos sobre a questão racial no Brasil. Segundo Silva (2020) "A política de esquecimento da contribuição intelectual de Virgínia Bicudo foi flagrantemente acionada na publicação dos resultados da Pesquisa Unesco."

Dessa forma, torna-se pertinente apresentar a importância do Projeto UNESCO ao se pensar no decorrer das pesquisas quanto à pauta das relações étnico-raciais no país. Tendo isso em vista, o Projeto UNESCO foi um programa de estudos desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) entre os anos de 1951 e 1952, patrocinando uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Enquanto instituição internacional desenvolvida logo após a Segunda Guerra Mundial, e diante do momento histórico de tensões raciais, em especial nos EUA e descolonização africana, a UNESCO esteve à procura de "uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular" (MAIO, 1999), e acreditava esse ser o palco brasileiro, com o que vinha se delineando como uma suposta democracia racial.

Este é um recorte importante quando pensado na história da Psicologia brasileira no que concerne ao estudo das relações raciais, pois foi um momento marcante na delimitação do estudo de questões étnico-raciais no país:

Primeiramente, os discursos estão concentrados entre os biólogos, os sociólogos e os antropólogos que serão autorizados a teorizar sobre o que é raça e de que maneira o termo deve ser utilizado. Portanto, esses discursos cujos resultados serão cientificamente validados irão construir uma analítica biológica e social-antropológica a respeito da categoria raça. Posteriormente incluem-se teóricos de outras áreas como psicologia e os estudos da genética, é importante ressaltar que embora essas disciplinas possuam objetos e métodos específicos, e por vezes apresentem distinções internas sobre o modo de referência a temática, a intencionalidade colocada a questão as colocam como atuantes centrais da política da UNESCO. (CRUZ, 2014, p.118).

Dessa forma, é possível notar as movimentações no país ocorridas neste contexto a respeito do desenvolvimento de debates quanto a questão racial, de modo a conceituar e compreender os atravessamentos sobre raça, em especial num momento com tantas tensões e violências que culminaram numa busca para atingir a “paz universal” (CRUZ, 2014).

A diante, acerca do avanço das discussões ao longo da história sobre a temática, o terceiro momento do pensamento psicológico no que tange às relações raciais está marcado a partir da década de 1990 e vem trazendo movimentações em torno do estudo acerca da branquitude, com vistas a discutir as consequências sociais e os efeitos psicológicos sobre a identidade étnico-racial de pessoas negras, ao passo em que também se reflete sobre esta construção de identidade em pessoas brancas, denominada branquitude (SANTOS, SCHUCMAN E MARTINS, 2012), objetivando mitigar a desigualdade racial no país.

Quanto a esta discussão, Cida Bento movimenta o debate acerca das relações raciais em contexto brasileiro com uma vasta produção que versa sobre o projeto de branqueamento e branquitude no Brasil. Segundo a psicóloga, o branqueamento é erroneamente considerado um problema unicamente da pessoa negra, contrapondo que, na realidade, “constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira” (BENTO, 2002).

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO, 2002, p. 2).

Ainda que se identifique debates sobre o uso, é possível identificar no campo científico que é nos anos de 1990 que raça, enquanto categoria de análise é considerada de fato uma construção social, partindo de uma análise sociocultural sobre como as relações raciais são construídas no país, ao passo que torna possível evidenciar as relações de poder que se criam e não apenas diferenciam, mas também hierarquizam e localizam os sujeitos na vivência em sociedade.

Ao considerar a raça como uma construção social, torna-se evidente que são as relações de poder que mantêm as hierarquias raciais presentes na sociedade. Essas relações de poder não apenas diferenciam os grupos raciais, mas também estabelecem uma hierarquia que posiciona sujeitos em diferentes posições de poder e privilégio. Em tempo, nota-se que a vivência dos indivíduos em sociedade é diretamente afetada pelas estruturas de poder que permeiam as relações raciais, influenciando as oportunidades, acesso a recursos e garantia de direitos dos diferentes grupos étnico-raciais.

Especificamente, no que se refere ao contexto da prática em Psicologia quanto às relações raciais, a chegada dos anos 2000 trouxe ações a partir das reivindicações do movimento negro que refletiram nos órgãos regulamentadores da profissão. Foi neste sentido, pensando na relação entre racismo e emocionalidade do negro (a/e) que, em 2002 a Comissão Nacional de Direitos Humanos lançou a campanha “O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Social Faz Sofrer” estreitando um debate nacional sobre o racismo no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, posteriormente o CFP publicou a Resolução N°18/2002, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial (CFP, 2017).

Figura 1: Imagem da Campanha “O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Social faz Sofrer”.



Fonte: Conselho Federal de Psicologia (2002).

Falando especificamente sobre a Resolução N°18/2002, é fundamental destacar sua abordagem em relação à atuação de profissionais da Psicologia no enfrentamento ao racismo. Para ilustrar de que maneira a resolução orienta essas práticas, o trecho a seguir apresenta os artigos publicados que compõem a resolução, detalhando as responsabilidades estabelecidas para profissionais:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação (CFP, 2002, p. 2).

Neste ponto, ao abordar a intersecção entre a formação, o currículo e o ensino de Psicologia, é fundamental refletir sobre a necessidade de incorporar as resoluções produzidas pelos órgãos competentes que regulam a profissão nas universidades. Estas instituições têm a responsabilidade de formar profissionais conforme as exigências dos conselhos reguladores.

Especialmente, deve-se considerar que as resoluções, normativas e referências técnicas são resultantes das reivindicações dos movimentos sociais, que, atentos às realidades das dinâmicas sociais, lutam pela criação de espaços de emancipação.

Dessa forma, os artigos apresentados pela Resolução Nº 18/2002 se tornam inócuos se as relações raciais não forem trabalhadas no contexto acadêmico. Para que profissionais de Psicologia não sejam omissos e promovam a saúde mental em relação às questões raciais, é essencial que antes, saibam nomear, identificar o racismo, seus efeitos psicossociais e suas especificidades.

Analisando as movimentações apresentadas, fica evidente que, no que se refere ao histórico da Psicologia em relação aos avanços nas pautas raciais, esses progressos foram lentos para se concretizar. O próprio Conselho Federal de Psicologia reconhece que houve uma demora significativa no envolvimento das questões raciais de maneira responsável dentro do campo da Psicologia. Esse atraso pode ser atribuído a uma série de fatores que caracterizam o racismo estrutural, resultando em uma suposta falta de prioridade dada à pauta racial ao

longo dos anos. Na realidade, essa negligência reflete o pacto da branquitude que fundamenta a construção histórica da profissão de Psicologia.

Por assim dizer, o Sistema Conselhos demorou a abraçar a causa. Se, nos anos 1970 e 1980, engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos anos de 1980 e 1990, no Movimento da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi somente nos anos 2000 que incorporou a discussão sobre racismo e igualdade racial (CFP, 2017, p. 73/74).

Seguindo acerca das iniciativas relacionadas à temática racial, em 2003 houve a publicação do documento “Os Direitos Humanos na prática profissional dos psicólogos” e em 2004 do livro “Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão” (CFP, 2017). A partir dessa discussão, em 2005 foi redigido, com embasamento na declaração universal dos direitos humanos, o terceiro Código de Ética Profissional (CFP, 2005).

Partindo dessas articulações, em 2010 ocorreu o I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negro(a)s (as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Raciais e Subjetividades no Brasil (ANPSINEP, sem ano/a), evento com ações significativas para a construção de conhecimento acerca do racismo e suas influências na subjetividade de pessoas negras, em conjunto, outro desdobramento relevante foi o desenvolvimento da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – ANPSINEP, que se refere a uma articulação com atuação nacional organizada por profissionais negras da Psicologia que pesquisam sobre as relações raciais, com dedicação “aos estudos, ações e formações voltadas para o enfrentamento do racismo, a promoção de saúde mental e o bem viver da população negra brasileira.” (ANPSINEP, sem ano/b).

Figura 2: Imagem da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – ANPSINEP.



Fonte: Site ANPSINEP (2024).

O I PSINEP representa um marco significativo para a saúde coletiva da população negra no Brasil. O evento foi organizado com o objetivo de atender as expectativas dos participantes em relação aos desafios de garantir a inclusão das relações raciais na agenda da psicologia brasileira (CFP, sem ano). Sua efetivação se dá em resposta às demandas crescentes por uma abordagem que considerasse as questões raciais dentro da prática psicológica, refletindo a necessidade de se reconhecer e enfrentar as desigualdades raciais que afetam a saúde mental da população.

O encontro resultou na elaboração da "Carta de São Paulo", um documento final assinado por todas as pessoas participantes, que destacou a importância do compromisso com a saúde mental a partir dos determinantes raciais. A carta enfatizou a necessidade de considerar a história das relações étnico-raciais no Brasil ao abordar questões de saúde mental, com vistas à promoção de uma prática psicológica que seja responsiva às particularidades e desafios enfrentados por diferentes grupos raciais e étnicos no país, conforme explicitado em trecho abaixo:

O racismo à moda brasileira constitui um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos que operando por meio da violência sistemática e silenciada, produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais, que no Brasil, tem também um viés eminentemente racial. Estes aspectos se encontram fortemente inscritos nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade brasileira, marcada em seu imaginário pelo mito da democracia racial, condição responsável pela configuração de formas de subjetivação social que naturalizam práticas correntes pautadas no racismo, na discriminação e no preconceito.¹

É importante destacar que, entre as atividades promovidas relacionadas à Psicologia e Relações Raciais, ocorreu, em 2011, um debate transmitido online com o tema **"Racismo: o que a Psicologia tem a ver com isso?"**. O evento contou com a participação do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco, do Observatório Negro e do AMMA Psique e Negritude. Um dos principais objetivos do encontro foi a articulação e preparação para o II PSINEP, ocorrido em Recife no ano de 2014.

Como resultado de todas as movimentações relatadas, especialmente em relação à Resolução Nº18/2002, foi publicada em 2017, a obra "Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os". Esta publicação, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia e o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), aborda a dimensão histórica, ideológica e política do racismo. O documento detalha o racismo em suas várias formas (institucional, interpessoal/intersubjetivo e pessoal/internalizado), destaca o movimento negro como uma forma de enfrentamento político ao racismo e discute, especificamente, o papel de profissionais da área na promoção da igualdade étnico-racial (CFP, 2017).

No que se refere às instituições relevantes na pauta étnico-racial, é imprescindível destacar o Instituto AMMA Psique e Negritude. Fundado em 1995 por um grupo de psicólogas e ativistas, o AMMA tem como objetivo "por meio da formação e prática clínica, identificar, elaborar e desconstruir o racismo e seus efeitos psicossociais" (AMMA Psique e Negritude, s/a). O AMMA é uma

¹ 1 Carta de São Paulo – documento do I PSINEP- Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades – 15/10/10 – USP- S. Paulo/SP

organização especialmente dedicada à formação a partir de uma perspectiva racial, oferecendo diversas atividades educacionais. Entre essas atividades estão oficinas, ciclos formativos e grupos temáticos que abordam os efeitos psicossociais do racismo. O trabalho do instituto tem sido essencial na promoção do debate racial na área da Psicologia.

Figura 3: Logotipo do Centro de Formação e Pesquisa AMMA Psique e Negritude.



Fonte: Página do Facebook Amma Psique (2024).

Outra instituição significativa no Brasil em relação à questão racial, com atuação importante no campo da Psicologia, é o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Fundado em 1990, o CEERT é uma organização não-governamental que produz conhecimento e desenvolve projetos para promover a igualdade racial e de gênero. Composto por uma equipe multidisciplinar de psicólogas/os/es, juristas, educadoras/es, sociólogas/os/es, assistentes sociais e gestoras/es de pessoal, o CEERT realiza diagnósticos e implementa programas de promoção da igualdade racial em sindicatos, escolas, empresas e órgãos públicos.

Figura 4: Logotipo do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).



Fonte: Site CEERT (2024).

Dessa forma, é possível constatar que a abordagem da temática racial na Psicologia no país apresentou avanços significativos apenas após a inclusão de pessoas negras no cenário teórico e prático da profissão. Anteriormente, tal discussão era abordada de maneira negligente, refletindo a ausência de representatividade e de perspectivas diversas no campo psicológico. Contudo, à medida que profissionais negras foram promovendo articulações no âmbito da Psicologia, a temática racial têm progressivamente adquirido maior espaço, resultando em um enriquecimento das discussões sobre emocionalidade sob uma perspectiva racialmente responsiva na agenda da profissão.

2.2 Produções e autores que são referências no estudo de Psicologia e Relações Étnico-Raciais

Existe uma linha histórica que marca a atuação de pensadoras/es majoritariamente negras/os com produções importantes que fizeram a relação entre racismo e Psicologia, se debruçando sobre a constituição psíquica das pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais e de quais maneiras isso impacta especificamente a população negra. Tais produções são imprescindíveis no conhecimento de profissionais da Psicologia, ao se discutir sobre as tensões raciais que imperam historicamente na vida em sociedade e que fundamentam o racismo

estrutural, da onde decorrem diversos prejuízos psíquicos às pessoas negras, inclusive na constituição de sua subjetividade.

Adentrando em particular quanto ao campo da Psicologia no que concerne à constituição do aspecto psicológico das pessoas negras e de pessoas em contexto da colonização, ou seja, racializadas, Frantz Fanon (2020) analisa o adoecimento psíquico desta população por meio da experiência contínua e estrutural de discriminação, vivenciadas num mundo embasado pelo colonialismo, racismo e desumanização de corpos negros. Segundo Fanon, o sofrimento psíquico reflete a expressão da exclusão social sujeitando os indivíduos à alienação mental.

Sendo assim, Fanon avança ao sugerir que qualquer tentativa de alcançar a emancipação psíquica se mostrará em vão se não for acompanhada pela superação do colonialismo. Em pesquisa à respeito da interferência dos processos coloniais nas práticas de cuidados psiquiátricos e psicológicos direcionados à população negra, Fátima Lima (2020) analisando a obra de Frantz Fanon discorre que:

os estudos de subjetividade quanto às práticas de cuidado psi têm sido colocados numa encruzilhada interpelativa, na medida em que os pressupostos que sustentam os campos teóricos e as práticas têm se mostrado insuficientes no acolhimento e na condução do que podemos chamar, num espectro amplo, do cuidado em situações de sofrimentos psíquicos experienciados pelas pessoas negras. Os modelos epistemo-metodológicos tomam como referência pressupostos sustentados na/pela hegemonia branca, muitas vezes incapazes de pensar a sua própria violência (LIMA, 2020, p. 86).

Fanon se caracteriza como referência no estudo e produções acerca da experiência de pessoas negras num contexto de colonialismo, com demarcada notoriedade para a psiquiatria e psicologia, em especial em sua obra *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos* (2020) traduzida recentemente para o português, em que revela a importância de enxergar o sujeito em seu contexto sociopolítico, atribuindo a perspectiva sócio-histórica aos fenômenos psíquicos, e não apenas considerando-os como restritos à experiência daquele sujeito individualmente, reafirmando sobre tal postura ser horizonte tanto para a teoria quanto para a prática clínica.

Em seu livro "Pele Negra, Máscaras Brancas", explora como a tentativa de assimilação dos negros ao ideal de branqueamento causa uma ferida narcísica, levando-os a desejar máscaras brancas para ocultar sua pele negra (PRESTES, 2018).

O preto, diante da atitude subjetiva do branco, percebe a irrealidade de muitas proposições que tinha absorvido como suas. Ele começa então a verdadeira aprendizagem. E a realidade se revela extremamente resistente... Mas alguém poderá pretender que descrevo um fenômeno universal, – o critério da virilidade sendo justamente a adaptação ao social. Responderemos então que esta crítica é inadequada, pois mostramos justamente que, para o preto, há um mito a ser enfrentado. Um mito solidamente enraizado. O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina. (FANON, 2008, p. 133)

No que se refere à importância das obras de Fanon, particularmente do livro mencionado, é relevante destacar que "Pele Negra Máscaras Brancas" foi escrito em 1950 como tese de doutorado, porém recusado pela banca julgadora, "exigindo mais bases físicas para os fenômenos psicológicos" (GORDON, 2008). Importante salientar que a produção de Fanon não foi recusada apenas pela comunidade acadêmica, mas também teve, temporariamente, sua veiculação proibida.

No documento oficial de censura, lê-se 'O autor é negro, comunista [...]. Trata-se duma diatribe contra a civilização ocidental, numa pseudodefesa das civilizações negra, oriental e índia. Para proibir.' Com o verbo realçado. (KILOMBA, 2020).

Em sua produção, Fanon (2008) explora os efeitos de uma sociedade racista cuja forma de funcionamento impele a população negra a experiências marcadas pelo racismo. Ele destaca ainda que o racismo transcende os contextos coloniais, tornando-se também um mecanismo de distribuição de privilégios em sociedades caracterizadas pela desigualdade. Em sociedades multirraciais, onde as relações sociais são marcadas por assimetrias entre grupos étnicos, a indiferença em relação ao racismo equivale a apoiar aqueles que mantêm a hegemonia, predominantemente os brancos nas sociedades examinadas por Fanon (ROCHA, 2015).

Neste sentido, é possível realizar algumas convergências entre a experiência de Fanon no colonialismo com a de Juliano Moreira num contexto de escravização no Brasil, à medida que ambos contrariam as práticas psi em vigência na época, ao passo que revelam a importância de se considerar os determinantes sociais e propõem novas maneiras de abordar o cuidado com a saúde mental.

Juliano Moreira (1872-1933), como já afirmado um psiquiatra brasileiro, precursor da psiquiatria moderna e psicanálise no país, com práticas que revolucionaram o tratamento dos transtornos mentais, além de ter sido figura de notória importância ao combate do racismo científico vislumbrado por Nina Rodrigues na época, “argumentando que distúrbios psíquicos não são causados por elementos étnico-raciais, nem relativos ao clima tropical, mas por determinantes sociais” (PRESTES, 2020).

De acordo com Oda e Piccinini (2005), Moreira rejeitava diversas crenças dominantes na psiquiatria do início do século XX, iniciando com sua afirmação de que não havia doenças mentais exclusivas de climas tropicais, seguindo com a perspectiva de que a condição racial de um indivíduo não impediria ou favoreceria o surgimento de insanidades mentais, além de reprovava o conceito de inferioridade intelectual inata atribuída a pessoas negras.

Clélia Prestes (2020) reflete acerca das evidentes influências de Fanon e Juliano Moreira na Reforma Psiquiátrica - embora tenham sido invisibilizados no que se refere à importância para a temática-, visto que Frantz Fanon em 1953 já desempenhava práticas humanizadas no cuidado com a saúde mental enquanto dirigia um hospital psiquiátrico na Argélia, se manifestando por uma psiquiatria anticolonial e revolucionária. Enquanto que Juliano Moreira, conforme explicita a autora:

reverenciado, nacional e internacionalmente, como psiquiatra de sólida produção científica, por contribuir para a reforma de teorias, práticas e leis, reconhecido por um comprometimento com pesquisa e formação que se estendeu a toda a área por meio de muitos colegas e discípulos, e por revolucionar o campo psi em nome de um cuidado humanizado de portas abertas e para além dos muros das instituições (PRESTES, 2020, p.60).

Nota-se então a dimensão do trabalho de Juliano Moreira para os estudos e práticas do campo psi, participando também de diversas instituições como a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, a Academia Nacional de Medicina e Academia Brasileira de Ciências, além de ter dirigido por 30 anos um hospital psiquiátrico na Bahia que hoje, leva o seu nome. Importante salientar que este mesmo hospital, na década de 1980, também recebeu Neusa Santos Souza como psiquiatra, dedicando-se à psiquiatria e ao trabalho humanizado em saúde mental.

Nesta perspectiva, apresentando o trabalho de Neusa Santos Souza (2021), a psiquiatra e psicanalista, em estudo seminal, refletiu sobre o custo emocional da construção de uma identidade invisibilizada. Segundo a autora, a emocionalidade da pessoa negra é construída a partir de determinações históricas da formação social na qual ela se inscreve. E, ao se analisar a realidade brasileira ancorada historicamente pelo racismo, estas consequências psicológicas evidenciam um tema que requer urgência numa formação em Psicologia.

nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (SOUZA, 1983, p. 20).

Seguindo acerca da construção de subjetividade de pessoas negras, Souza (1983) discute sobre o conceito de “mito negro” construído a partir do discurso branco que historicamente atribui diversas características negativas aos corpos negros. Segundo a autora, o mito se constitui enquanto efeito social que tem como objetivo escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história e transformá-la em “natureza”.

Nesse ponto, torna-se importante tecer possíveis aproximações entre os estudos de Neusa Santos Souza e Virgínia Leone Bicudo, à medida que ambas trazem discussões acerca da construção de identidade da pessoa negra no contexto brasileiro, debruçando suas pesquisas entre as relações étnico-raciais e classe social no Brasil, e representam grandes nomes da psicanálise do país,

apesar de “calculadamente invisibilizadas nas academias científicas” (OLIVEIRA, 2020).

A dissertação de mestrado de Neusa Santos reflete acerca da ascensão social das pessoas negras e o processo de constituição de sua subjetividade, individual e coletiva, a autora afirma que “esta identidade que em tudo contraria os interesses históricos e psicológicos do negro tem sido uma tradição na história do negro brasileiro em ascensão social” (SOUZA, 1983) e que portanto, é necessário tomar consciência do processo ideológico que por meio do discurso mítico sobre suas características, desenvolve uma condição de desconhecimento que o aprisiona numa imagem distorcida sobre si próprio.

Virgínia Bicudo, por sua vez, estudou os efeitos do racismo na subjetividade de pessoas negras enquanto grande parcela dos estudiosos da década de 1940 considerava que negros sofriam apenas preconceito de classe (SANTOS, 2021). Bicudo, por meio de sua pesquisa afirmou que a ascensão social da pessoa negra não se demonstrava suficiente para a eliminação do preconceito racial, “pelo contrário, será essa situação que levará o negro a criar consciência de cor e se articular politicamente” (GOMES, 2013), e discutiu a importância da criação de comunidades intelectuais negras para que fosse possível transpor as barreiras da ascensão social:

A “Associação de Negros Brasileiros”, segundo nosso entrevistado, e as publicações do mensário daquela entidade, resultaram do esforço de pretos conscientes no sentido de reunir os pretos e despertar a consciência de grupo, a fim de eliminar a concepção de inferioridades ligadas às pessoas de cor e, deste modo, vencer as barreiras para a ascensão social do negro. Para desenvolver a consciência de grupo e o sentimento de solidariedade, os líderes do movimento lembravam o passado comum de sofrimento da época da escravidão e as “injustiças” que, por preconceito, continuavam a atingi-los, restringindo-lhes as possibilidades de vida melhor (BICUDO, 2010, p.160).

Especificamente acerca do racismo e as influências psíquicas para a pessoa negra, a psicóloga Isildinha Baptista Nogueira (1998) descreve, em sua tese que investiga tal relação, a maneira como opera o racismo no Brasil e o aponta como uma das mais cruéis formas de discriminação. Face o seu caráter encoberto e

sutil, que coloca a pessoa negra numa posição de supostamente ter direitos amparados legalmente em sua cidadania, apesar da forma de tratamento não se concretizar dessa forma, o que reflete em direitos constantemente violados, “formas pelas quais essa realidade histórico-social do racismo determina configurações psíquicas peculiares no negro” (NOGUEIRA, 1998).

Neste sentido, a autora discorre a respeito da história da pessoa negra no Brasil, uma história marcada pela escravização e que desenvolveu como consequência um processo de sua desumanização e um bloqueio na possibilidade de identificação nas relações sociais, visto que essa identificação seria viabilizada por outros corpos negros, porém estes estão identificados pela exterioridade social, como não-indivíduos sociais:

Se o negro, de um lado, é herdeiro desse passado histórico que se presentifica na memória social e que se atualiza no preconceito racial, vive, por outro lado, numa sociedade cujas auto-representações denegam esse mesmo racismo, camuflando, assim, um problema social que produz efeitos sobre o negro, afetando sua própria possibilidade de se constituir como indivíduo no social; assim, não se discute o racismo que, na condição de um fantasma, ronda a existência dos negros (NOGUEIRA, 1998, p.34).

Especificamente acerca da discriminação, Prestes (2018) destaca sua concretude por meio de uma variedade de condutas, ações, omissões e comportamentos, os quais têm por finalidade separar, agrupar, inferiorizar, distinguir, restringir ou privar indivíduos de seus direitos. Essa diversidade de formas em que a discriminação se manifesta revela a complexidade do fenômeno, que não se limita apenas às ações diretas, mas também às maneiras sutis que culminam em marginalização. Particularmente, no que se refere aos atos de discriminação racial, observa-se a efetivação da ideologia do racismo, com a materialização de estereótipos raciais e a utilização de julgamentos racionais e afetivos que servem para sustentar e perpetuar o preconceito racial.

Quanto à conceituação do racismo, a psicóloga Grada Kilomba (2019), o define como constituído a partir de três características que ocorrem de maneira simultânea: a primeira como construção da diferença, que toma a branquitude

como ponto de referência, colocando a pessoa negra como o “outro”, a segunda a partir da atribuição dessas diferenças ligadas inseparavelmente a valores hierárquicos, articulados por meio de estigma, desonra e inferioridade, sendo a construção da diferença e sua associação à hierarquia o que forma o preconceito e, por fim, discorre sobre ambos os processos serem acompanhados pelo poder histórico, político, social e econômico, tornando a convergência entre preconceito e poder o que se constitui enquanto racismo.

À vista disso, Kilomba apresenta o racismo também em três categorias: o racismo estrutural, o institucional e o cotidiano. O primeiro indica a exclusão de pessoas negras da maioria das estruturas sociais e políticas, com estruturas oficiais operando de maneira “que privilegia manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes” (KILOMBA, 2019). O segundo, enfatiza o racismo como fenômeno institucionalizado, ou seja, com padrões desiguais de tratamento em sistemas educacionais, de mercado de trabalho ou justiça criminal. O terceiro, por fim, refere-se aos discursos, vocabulários, ações, gestos ou imagens que negam ao sujeito negro o direito de existir como igual.

Especificamente em relação ao racismo estrutural, Almeida (2018) argumenta que o Estado desempenha um papel fundamental como a principal instituição política no mundo contemporâneo e sugere que o racismo não apenas é alimentado pelo Estado, mas também o alimenta, em um ciclo interdependente. Almeida enfatiza que o racismo não é simplesmente uma consequência automática dos sistemas econômicos e políticos, mas sim uma dinâmica estrutural específica que está intimamente ligada às características particulares de cada formação social.

Ao abordar a conceituação de racismo institucional, Jurema Werneck destaca sua estreita relação com o Estado, ressaltando como este atua de maneira a manter e perpetuar privilégios, revelando a complexidade das dinâmicas sociais relacionadas às disparidades raciais:

Racismo Institucional é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. (p. 11).

No que se refere ao racismo e construção de subjetividade das pessoas negras, Maria da Consolação André (2007), discorre em sua tese, acerca das aspirações da branquitude serem consideradas superiores e ideais desde o período de escravização de pessoas negras, gerando uma busca constante pela igualdade, algo que adiciona sofrimento à população negra, visto que neste lugar a figura "o negro" é continuamente visto como "o outro". Segundo a psicóloga, o racismo no Brasil é expresso pela suposta democracia racial e legitimado pela dificuldade de mobilidade vertical, caracterizada pela ascensão econômica.

Dessa forma, André (2007) afirma que, por meio do mito da democracia racial, a pessoa negra foi progressivamente perdendo o seu referencial de identidade no que se refere à raça, ocorrendo o que se denomina de "processo de alienação". Este processo de alienação é definido não apenas pela estranheza entre perspectiva de vida e realidade, mas pela estranheza de estar constantemente num vir-a-ser, se percebendo marcado com termos hostis, contrários ao do grupo dominante.

Neste sentido, refletindo acerca da relação entre racismo e emocionalidade do negro (a/e), Maria Lucia da Silva (2004) discorre sobre duas questões históricas que terão relevância na construção de subjetividade da pessoa negra, sendo a primeira a dificuldade de construir sua identidade social como negro (a/e), e a segunda a de se constituir como indivíduo no interior do corpo social. Segundo a psicóloga, a questão relacionada à identidade tem origem no lugar que a escravização ocupava na sociedade e alguns desdobramentos negativos ocasionados pelas precárias condições de existência vivenciadas pela população negra desde sua chegada ao Brasil têm como consequência imagens e

representações que produzem atitudes discriminatórias (SILVA, 2004). Discorre ainda acerca das consequências emocionais geradas pelo racismo:

O sentimento de inferioridade é um efeito do racismo, que se amplia quando casado com as precárias condições de existência. Muitas vezes esse sentimento provoca um ódio de si mesmo, uma autoagressão que, às vezes, chega à beira da negação de sua própria condição étnica (SILVA, 2004, p.222)

À vista disso, é possível identificar a extensa produção de conhecimento acerca do processo de racialização de diversos grupos étnico-raciais (e não apenas de pessoas negras, conforme demonstrado pelo conceito de branquitude), e ainda partindo de elaborações tão valiosas para a Psicologia, surge o questionamento: qual a justificativa para que tais discussões não ocorram ou, quando ocorrem, constarem de forma incipiente no processo de formação de profissionais da Psicologia? Em especial no contexto brasileiro, onde as tensões raciais estiveram presentes durante toda a construção do país - após a chegada da colonização-, e segue imperando por meio do racismo estrutural. Portanto, torna-se possível compartilhar da premissa acerca do epistemicídio do conhecimento negro, reconhecendo este processo como mais uma das estratégias na continuidade da hierarquização racial.

Dessa forma, fica explícita a identificação de que apesar de existir uma vasta produção de pessoas negras no âmbito da Psicologia, a presença dessas contribuições têm sido, por muito tempo, marginalizadas e sub-representadas na narrativa acadêmica. As obras apresentadas ao longo deste capítulo desempenham papel fundamental nos estudos sobre identidade racial, enfrentamento do racismo e processos psicossociais relacionados à discriminação, enriquecendo a discussão acerca dos temas que atravessam a compreensão das experiências que afetam a população negra.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL

*No que se apresenta
O triste se ausenta
Fez-se a alegria
Corra e olha o céu
Que o Sol vem trazer
Bom dia*

Cartola.

A formação, currículo e ensino no ensino superior são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação politicamente orientada e, ao mesmo tempo, alinhada com as demandas sociais e profissionais. A estrutura curricular e o processo de ensino nesse nível educacional são essenciais para a formação de habilidades e competências acadêmicas e profissionais relevantes.

A formação no ensino superior envolve o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos em áreas específicas do saber, além da aquisição de habilidades críticas, analíticas e de pesquisa, fundamentado de acordo com o modelo de ensino superior brasileiro, estruturado essencialmente no tripé ensino-pesquisa-extensão (SANTOS, 2010). Por meio dessa perspectiva, é possível considerar as funções atribuídas ao espaço formativo universitário

O papel primordial da universidade é a de gerar e difundir conhecimentos e saberes. Enquanto organismo socialmente constituído e determinado, tem refletido historicamente o quadro social de sua época e incorporado em suas agendas a temática fornecida pela sociedade onde se encontra inserida, abrigando em si os germes das contradições geradas na e pela própria sociedade, no confronto entre as diferentes perspectivas e interesses que permeiam o todo social. (SANTOS, 2010, pg. 10).

O currículo é o conjunto de disciplinas, atividades e experiências pedagógicas, cristalizadas em conteúdos, oferecidas pela instituição de ensino superior, devendo ser planejado e atualizado para atender às necessidades e demandas da sociedade contemporânea. O currículo, como um plano de estudos,

desempenha um papel essencial na determinação do que é ensinado, como é ensinado e com que finalidade. De acordo com bell hooks (2017) "a educação precisa apresentar-se como uma prática de liberdade, uma luta contra currículos e métodos de ensino que reforcem os sistemas de dominação". Neste sentido, Fenerich (2015) aponta:

A preocupação pela prática curricular parte das contribuições críticas sobre a educação e da análise do currículo como objeto social. O ensino e o currículo são localizados historicamente e possuem um caráter político, e, portanto, qualquer perspectiva técnica do currículo e da sua ordenação a qualquer esquema que não considere essas condições trai a essência do próprio objeto (FENERICH, 2015, p.46).

O ensino, por sua vez, vai além de facilitar a aprendizagem, pode ser entendido como uma prática que não é neutra, mas sim carregada de significados políticos e engajamento social. É um processo que visa a emancipação de sujeitos à medida que adquirem conhecimento sobre suas realidades.

Para uma efetiva mudança na estrutura de dominação e negação, faz-se necessário o reconhecimento da diversidade cultural, o clamor pelo repensar dos modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, principalmente no que diz respeito aquilo que é ensinado e como é ensinado (hooks, 2017, p.37-50).

A academia não é o paraíso, mas o aprendizado, é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossas camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (hooks, 2017, p. 273).

Assim, a interdependência entre formação, currículo e ensino se revela crucial para determinar quais profissionais estão sendo preparados, quais perspectivas tais profissionais encontram ao ingressar na área da Psicologia e se

estão verdadeiramente sendo capacitadas/os/es para serem comprometidas/os/es com a realidade social, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades raciais.

3.1 O cenário da formação em Psicologia no Brasil

Conforme demonstrado anteriormente, os primeiros cursos de Psicologia do Brasil foram, respectivamente, o da PUC-Rio de Janeiro em 1953 e o da PUCRS, em 1954. Estes cursos iniciaram num momento em que ainda não havia regulamentação do ensino e prática de Psicologia, visto que apenas em 1962 a profissão e a formação são oficialmente regulamentadas, seguido do parecer nº 403/62, que fixa o currículo mínimo e a duração dos cursos de Psicologia (LISBOA E BARBOSA, 2009). A partir deste momento, alguns órgãos regulamentadores da profissão também foram desenvolvidos, como a criação em 1971 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). De acordo com o CFP (2018), essas autarquias têm como responsabilidade fiscalizar e orientar o exercício profissional para que haja compromisso ético na prestação de serviços psicológicos, além de terem sido responsáveis pela construção do primeiro Código de Ética do Psicólogo, publicado em 1975.

Especificamente acerca da formação, a década de 1990 se destaca por uma grande mobilização das organizações, a fim de refletir questões relativas à formação de profissionais em Psicologia. Fruto dessas mobilizações, em 1992 ocorre em Serra Negra/SP o I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos, que teve como resultado a Carta de Serra Negra, documento que aprova um conjunto de sete Princípios Norteadores da Formação em Psicologia e um conjunto de dez Sugestões de Operacionalização desses Princípios (JAPUR, 1994). Segundo o CFP (2018), pode-se depreender do documento questões relativas ao compromisso social com a realidade brasileira, a pluralidade de aportes teóricos, campos e práticas; a interdisciplinaridade; a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a postura reflexiva.

Em 1999, é apresentada uma minuta contendo as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Psicologia, em substituição aos Currículos Mínimos, sendo sua versão definitiva aprovada em 2004 (YAMAMOTO, 2000) e revisada em 2011. Segundo Cury e Neto (2015), a principal transformação desencadeada pelas Diretrizes refere-se à mudança na cultura formativa, antes baseada na transmissão de conteúdos, passando para uma formação que se estrutura visando a construção de competências e habilidades.

No que se refere às Diretrizes Curriculares, em 2017 houve uma nova movimentação relativa a busca da qualidade na formação de profissionais, por meio da organização de eventos no país proporcionados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e pela Federação Nacional de Sindicatos de Psicólogos (FENAPSI), objetivando propor discussões para a melhoria das Diretrizes Curriculares Nacionais em Psicologia (SOUZA, FACCI E SILVA, 2018). O Conselho Nacional de Educação (CNE) encaminhou ao MEC o Parecer 1071/2019, que aprova a Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Psicologia, o parecer foi homologado em novembro de 2023 (CFP, 2023).

Quanto à consideração da temática racial enquanto necessidade nos cursos de Psicologia, é possível notar que ao longo do aprimoramento das Diretrizes Curriculares, é recente seu compromisso em abordar o tema, conforme demonstrado na Tabela 5, revelando que apenas no documento de 2023 há ocorrência do assunto.

Tabela 3: Ocorrência dos termos “raça”, “racial”, “racismo”, “étnico” nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Psicologia

2004	(0) “raça”; (0) “racial”; (0) “racismo”; (0) “étnico”
2011	(0) “raça”; (0) “racial”; (0) “racismo”; (0) “étnico”
2023	(0) “raça”; (1) “racial”; (1) “racismo”; (3) “étnico”

Fonte: a autora (2023).

Importante destacar o contexto em que os termos são citados no documento: das três ocorrências do termo “étnico-racial” ou “étnico-raciais”, duas delas estão relacionadas à formação de professoras/es de Psicologia, nos artigos 24 e 25. O artigo 24 diz respeito à articulação de competências em torno de determinados eixos estruturantes, citando as Relações Étnico-Raciais em seu inciso VIII:

VIII - Transversalidade temática, que prepare o estudante para abordar temas no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas, como Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-raciais, entre outras (MEC, 2023).

Ainda no artigo 24 temos a única ocorrência do termo “racismo”, retomando a legislação prévia sobre o ensino da História da África e História Indígena:

VII - História da África e História Indígena, conforme disposto nas Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, para ampliação dos conhecimentos relativos à história e à cultura brasileiras e ao enfrentamento do racismo e do preconceito (MEC, 2023).

Já no artigo 25, a formação de professores de Psicologia é mencionada na promoção de “competências básicas para uma prática pedagógica reflexiva e crítica comprometida com a ética da educação e ética escolar” (MEC, 2023). Nesse caso, as relações étnico-raciais são mencionadas no inciso VII:

VII - Identificar questões e problemas socioculturais, educacionais e outros com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, de portadores de deficiências e necessidades especiais entre outras;

A ênfase na abordagem das relações étnico-raciais na formação de professoras/es pode ser interpretada, em certa medida, como uma resposta às políticas de cotas e a ampliação de públicos diversos em sala de aula, com a consequente necessidade de preparar os educadores para lidar com a diversidade dos alunos provenientes dessas políticas. A inclusão de temas relacionados às

relações étnico-raciais na formação de professoras/es de Psicologia pode ser vista como uma estratégia para proporcionar a professoras/es as ferramentas necessárias para criar ambientes de aprendizado sensíveis à temática racial.

No entanto, a ausência dessa ênfase na formação de profissionais de outras áreas do campo da Psicologia, não necessariamente atribuída à formação de professoras/es, pode indicar uma lacuna na preparação para lidar com questões raciais na prática profissional. A desvinculação dessa temática da formação de profissionais de Psicologia pode resultar em uma falta de conhecimento necessário para abordar adequadamente as complexidades raciais, possibilitando uma defasagem profissional em promover práticas antirracistas e culturalmente responsivas.

Nesse sentido, em relação à atuação do psicólogo em si, a diversidade étnico-racial tem uma ocorrência, listada entre outras diversidades na alínea do Artigo 8º. Tal artigo define competências básicas para o perfil do profissional de Psicologia, do qual “se espera o compromisso com o aprimoramento contínuo da ciência e da profissão, a partir de uma consistente base teórico-metodológica que assegure a qualidade da sua prática” (MEC, 2023).

§ 5º Em consonância com a Declaração Internacional de Competências Fundamentais na Psicologia Profissional, de 2016, as competências previstas são as seguintes: [...]

IV - Trabalhar respeitando a diversidade e mostrar competência cultural, tendo em vista os seguintes princípios: [...]

b) respeitar as diversidades de gênero, sociocultural, étnico-racial, religiosa e outras (MEC, 2023).

Desse modo, temos que a Diretriz Nacional Curricular de Psicologia destaca a necessidade do tema da diversidade étnico-racial na formação de professoras/es e exige uma prática profissional devidamente ambientada no tema das diversidades étnico-raciais, sem, no entanto, postular a obrigatoriedade ou de que maneira tais temas devem ser abordados ao longo do curso de graduação, ou seja, enquanto a exigência para a formação de professoras/es ressalta a importância de preparar esse contingente para lidar com a diversidade cultural em ambientes educacionais,

a ausência de uma imposição semelhante no curso de graduação em Psicologia pode gerar uma lacuna na preparação futura de profissionais da área de Psicologia.

Além disso, embora a diretriz mencione a necessidade do respeito na prática da Psicologia, a falta de uma abordagem mais explícita sobre a diversidade étnico-racial no currículo do curso pode limitar a capacidade dos profissionais em atender efetivamente grupos diversos e promover práticas antirracistas no contexto profissional.

Neste sentido, é relevante citar a pesquisa realizada por Mariana Rocha (2023) acerca da colonialidade e branquitude localizadas no Ensino Superior, neste caso especificamente acerca da Universidade de São Paulo (USP). Rocha discute os processos de epistemicídio, racismo institucional e eurocentrismo presente nos currículos e demais atravessamentos que versem sobre o ensino superior e as relações raciais. A pesquisadora insiste na importância de nomear a colonização e o racismo dentro dos espaços acadêmicos.

Vale ressaltar que, nesta pesquisa, a escolha de nomear o racismo carrega a finalidade de compreender que sua existência marca os processos históricos e a criação de instituições educacionais, como é o caso da Universidade de São Paulo. Nomear o racismo torna possível identificar sua presença e compreender suas marcas na história da educação, na história das instituições e, finalmente, na história da própria constituição da nacionalidade brasileira (ROCHA, 2023, p. 76).

Em relação aos documentos que regem a formação acadêmica, destaca-se para além das Diretrizes Curriculares também o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), ambos documentos produzidos pelas próprias universidades que ofertam o curso de graduação.

Enquanto as Diretrizes Curriculares, concebida e fixada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), se refere ao documento que orienta o planejamento curricular como referência para as instituições de ensino superior na construção de seus programas; os PPP e PPC são os documentos desenvolvidos por essas instituições decorrentes do que preconiza as Diretrizes Curriculares. Fenerich

(2015) aponta que as DCN's auxiliam os cursos na organização de seus projetos pedagógicos, articulando demandas políticas e sociais com as necessidades locais.

Particularmente, acerca dos documentos produzidos pelas universidades, pode-se compreender o Projeto Político Pedagógico (PPP) como material que visa estruturar a proposta pedagógica de determinada instituição, Veiga (2015) afirma que o PPP se refere a uma ação intencional definida coletivamente e associada ao compromisso sociopolítico.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), refere-se ao instrumento que orienta a prática do ensino universitário, da prática pedagógica, da ação docente, discente e de gestores (FENERICH, 2015). Nesse sentido, o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (ForGRAD) discorre que,

(...) cabe à Universidade brasileira construir projetos pedagógicos que contemplem as habilidades de apreensão, compreensão, análise e transformação, tanto no âmbito do conhecimento tecnológico que se dissemina rapidamente, como no âmbito da formação da competência política, social, ética e humanista. (FORGRAD, 2000, p. 09).

No que se refere à ocorrência da temática racial também nestes documentos orientadores da formação, na tese intitulada “A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: silêncio e ocultação” realizada por Tatiana Espinha (2017), é possível notar o apagamento deste conteúdo nos materiais produzidos pelas universidades. A pesquisadora analisou o texto de 35 PPPs, de um universo de 421 cursos listados na Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP). O estudo revelou que o modelo de formação, baseado nas ênfases curriculares, mantém um viés da clínica tradicional, frequentemente denominada ênfase em saúde. Essa abordagem reforça a visão histórica da psicologia que vê o indivíduo como uma entidade isolada da estrutura social. A temática racial, por sua vez, é tratada superficialmente e de maneira esporádica.

É importante, mais uma vez, ressaltar o modo como as temáticas são abordadas superficialmente nos PPPs, especialmente pelo fato de aparecerem de maneira isolada, descontínua e até mesmo esporadicamente. Todas as palavras-chave indiretas e diretas estão interligadas em uma perspectiva de compreensão e até mesmo das problemáticas que cada uma pode se desdobrar na Psicologia, no entanto, isso não apareceu nos PPPs. As únicas temáticas que dialogam, de acordo com o que consta nos projetos, são da diversidade e da inclusão, e, como foi visto, a discussão acontece voltada para um contexto específico (Educação) e um público único (portadores de necessidades especiais) (ESPINHA, 2017, p. 217).

Reiterando acerca da ocorrência da temática racial na graduação, Schucman (2014) afirma que, nos currículos dos cursos de Psicologia brasileiros, é raro encontrar alguma referência ao tema da raça e/ou racismo nas disciplinas obrigatórias. Segundo a autora, a formação de profissionais da Psicologia ainda está centrada na ideia de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados. Ela complementa que, da mesma forma que as categorias de classe e gênero são fundamentais na constituição do psiquismo humano, a categoria raça é um dos fatores que constitui diferença, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade.

Ainda no que concerne ao que diz a literatura quanto à educação das relações raciais no curso de Psicologia, em estudo realizado por Barcellos (2016) sobre os currículos de graduação em Psicologia de Porto Alegre e Região Metropolitana, concluiu-se que o tema em questão foi extremamente negligenciado pelas instituições de ensino superior analisadas. Das dezoito instituições estudadas, apenas seis abordavam explicitamente as relações raciais, e somente uma incluía o tema no currículo obrigatório. Nas outras cinco instituições, apenas alunas/os/es interessadas/os/es na temática poderiam cursar e ter acesso ao conhecimento disponível.

Em pesquisa realizada por Amaro (2021) sobre as estratégias coletivas de mulheres pretas psicólogas e suas experiências no processo formativo e exercício profissional, a pesquisadora afirma a importância dos coletivos ao abordar temas que são invisibilizados no decorrer da formação em Psicologia.

Os coletivos de estudantes pretos/as fazem o tensionamento da Psicologia desde a formação na graduação, alguns exemplos desses movimentos de estudantes na Psicologia são o Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, o Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos e o Coletivo Psicopreta (AMARO, 2021, p.40)

Neste sentido, Bock (1997) argumenta que a formação em Psicologia tem operado com base em um ideal liberal e positivista, permeado pela noção de natureza humana, entendendo o desenvolvimento psíquico como algo inerente à própria condição de ser humano. Esse modelo tende a enfatizar a individualidade e a separação do indivíduo de seu contexto social e histórico, resultando em uma visão reducionista do ser humano. Ao focar predominantemente na dimensão intrapsíquica, a formação de profissionais da Psicologia pode negligenciar a abordagem de questões cruciais relacionadas às desigualdades sociais e às dinâmicas de poder.

Dessa forma, considerando a displicência dos currículos de psicologia em abordar as questões raciais e compreendendo a conceituação do racismo institucional, torna-se possível refletir sobre como as instituições de ensino superior tendem a reforçar hierarquias raciais e exemplificam o racismo institucional. A omissão de conteúdos relacionados à questão racial e às dinâmicas de poder nos programas acadêmicos evidencia a institucionalização do racismo.

Nessa perspectiva, no estudo "Formando Psicólogas para as Relações Raciais: Avanços e Contradições dos Cursos de Psicologia da Bahia," Khouri (2019) aborda o tema do racismo institucional:

A maior concentração de negros em determinadas regiões, escolas e tipos de empregos; a ausência da história da população negra nos livros didáticos; o mau atendimento às mulheres negras nas políticas de saúde; a violência policial; chegando ao genocídio dos jovens negros etc. são alguns exemplos de racismo institucional. Ao refletir sobre as instituições de Ensino Superior, objeto de estudo desta pesquisa, também podemos destacar alguns exemplos: a própria falta de debate do tema, que será discutida ao longo deste trabalho; a escassez de professores negros; a predominância de teorias europeias e, conseqüentemente, de autores brancos; a dificuldade de acesso da população negra e pobre ao ensino superior, entre outras (KHOURI, 2019, p. 17).

À vista disso, vale a pena sinalizar que, embora a literatura indique uma ausência ou invisibilização da temática étnico-racial nos cursos de graduação em Psicologia, há marcos legais importantes a nível de educacional que sinalizam que o assunto deveria, na realidade, ser apresentado de maneira contundente na formação acadêmica. Quanto a este fato, reitera-se então a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no ensino básico das redes pública e privada. Posteriormente, a Lei 11.645/08 inclui também a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena.

Em particular, quanto ao Ensino Superior, a Resolução CNE/CP Nº 01/2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Além disso, em 2009, foi instaurado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que reforça o compromisso com o desenvolvimento de atividades acadêmicas que promovam a temática racial em contexto universitário.

Especificamente à maneira como está estruturado o curso de Psicologia em números, no que se refere à oferta de vagas no ensino superior, foi realizada uma consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) realizada em dezembro de 2023. A consulta apresentou 182.265 vagas autorizadas em 1.182 instituições de Ensino Superior para o curso de Psicologia no país, distribuídas em 91 instituições públicas e 1.091 instituições privadas.

As políticas afirmativas buscam corrigir desigualdades históricas e sociais, oferecendo oportunidades para grupos que historicamente enfrentam barreiras no acesso à educação de qualidade. Os dados apresentados a seguir demonstram um aumento no número de alunas/os/ negras/os/es que se beneficiam dessas políticas, evidenciando não apenas a importância contínua das ações afirmativas, mas também reforçando a necessidade de sua manutenção e ampliação para garantir um ambiente acadêmico mais representativo.

3.2 Perfil de estudantes e profissionais de Psicologia

O perfil de estudantes e profissionais em Psicologia no Brasil deve ser analisado à luz das dinâmicas históricas e estruturais que moldam o acesso ao ensino superior, sobretudo quando se considera o impacto das desigualdades raciais nesse contexto. Iniciando a discussão acerca das características de quem acessa o curso, um dado importante a ser considerado refere-se ao crescente interesse relacionado à formação em Psicologia nas universidades. Esta procura fez com que o curso de Psicologia alcançasse, de acordo com o vestibular FUVEST 2025, a posição de segunda maior concorrência entre os candidatos, atrás apenas do curso de Medicina. O dado pode suscitar algumas reflexões, pois além de apontar interesse pela área, também pode evidenciar barreiras significativas no acesso e permanência de grupos historicamente marginalizados, como a população negra.

A alta concorrência por vagas em cursos prestigiados das universidades públicas, muitas vezes frequentados por alunos com maior capital social e econômico, reflete e perpetua a sub-representação de profissionais negras/os na Psicologia. Essa realidade reforça a necessidade de questionar como as relações raciais e os marcadores de desigualdade estruturam não apenas quem ocupa os espaços de formação, mas também as ausências que configuram um campo ainda pouco representativo.

Nesse sentido, torna-se importante evidenciar a relevância de programas sociais para o acesso ao ambiente universitário, tais políticas públicas, como cotas raciais e ações afirmativas, não apenas democratizam o acesso, mas também promovem a diversidade acadêmica.

Dessa forma, traçando um comparativo com dados do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) de 2022, relacionados às pessoas beneficiárias de programas sociais, temos o seguinte:

Tabela 4: Beneficiários do FIES e PROUNI no curso de Psicologia por raça.

	Branca		Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)		Total de Matrículas
FIES	5.688	45%	6.951	55%	12.639
PROUNI	13.776	49%	14.339	51%	28.115
Total	19.464	-	21.290	-	40.754

Fonte: a autora (2023).

A partir desses dados, considerando que o número de novas vagas ofertadas, disponibilizado no Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), foram de 167.616 no total, sendo 6.866 destas vagas na rede pública e 160.750 na rede privada - e considerando que os programas FIES e ProUni são utilizados apenas na rede privada, ao traçar um comparativo apenas com os dados de candidatos PPI temos o seguinte:

Tabela 5: Dados de estudantes PPI beneficiários do FIES e PROUNI

Total de vagas (rede privada)	FIES	ProUni	Vagas ocupadas por não cotistas ²
160.750	6.951	14.339	139.460
100%	4,32%	8,92%	86,76%

² Os dados não consideram cotistas PPI oriundos de outras formas de seleção além do FIES e PROUNI.

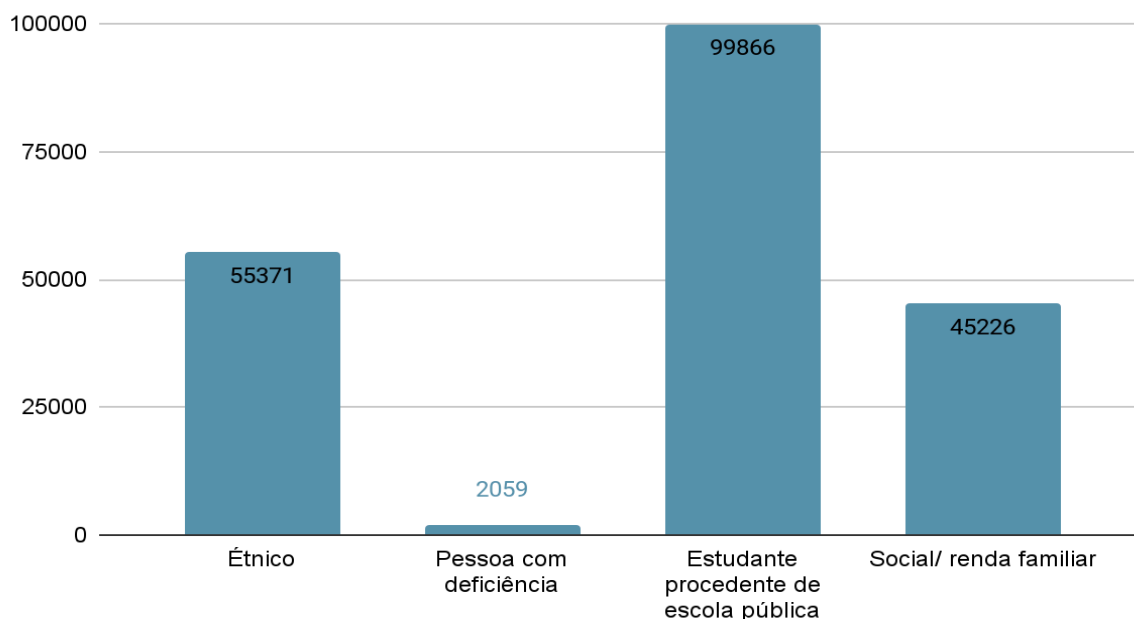
Fonte: a autora (2023).

No caso do FIES, não há nem no edital do programa nem no site oficial do programa as informações relativas às vagas destinadas especificamente para ações afirmativas, diferentemente do Prouni que direciona desde a sua Lei de criação, a porcentagem de bolsas oferecidas a essas ações que deve ser de, pelo menos, “igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos e de pessoas com deficiência, na unidade federativa, em conformidade com o mais recente Censo Demográfico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (BRASIL, 2005).

Considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022 (IBGE, 2023), 45,3% da população brasileira se declara como parda e 10,6% como preta. Desse modo, observamos uma taxa de ocupação das vagas do ProUni discrepante da porcentagem esperada, pois temos uma população negra de 55,9% no país, enquanto que a porcentagem de vagas ocupadas pelas cotas PPI é de apenas 8,92%.

No que concerne a distribuição de vagas afirmativas em instituições federais, o MEC disponibiliza no Censo da Educação Superior apenas dados gerais, ou seja, de todos os cursos de educação superior, inviabilizando a distinção das vagas específicas do curso de Psicologia. Em relação aos dados com recorte étnico-racial temos o seguinte:

Gráfico 2: Número de ingressantes em cursos de graduação na rede federal por tipo de programa de reserva de vagas.



Fonte: MEC (2023)

No caso das universidades e institutos federais, a porcentagem de cotas para estudantes PPI é regida pela Lei nº 12.711/2012, que determina que 50% de todas as vagas serão oferecidas a estudantes oriundos integralmente do ensino médio público e, dentro destes 50% serão reservadas vagas para estudantes PPI que tenham concluído o ensino médio em escolas públicas. A porcentagem reservada às pessoas estudantes pretas, pardas e indígenas é calculada de acordo com a porcentagem daquela população naquele estado de acordo com o censo mais recente do IBGE (BRASIL, 2012).

Fazendo o recorte apenas das vagas ofertadas em cursos da rede federal, o Censo apresenta que o número total de vagas foi de 533.973 em 2022, para todos os cursos. Levando em consideração as porcentagens apresentadas, do total de vagas, 266.986 (50%) são reservadas ao público oriundo de escola pública de maneira geral. Considerando a população negra (55,9%) do país, temos que 149.245 vagas deveriam ser destinadas a esse público, no entanto, a taxa de ocupação dessas vagas é de apenas 37,1%.

Tal dado se reflete na atuação profissional de psicólogas/os/es negras/os/es, como podemos observar no Censo Psi (2022).

Tabela 6: Profissionais de Psicologia segundo cor/raça e natureza da instituição de ensino

	Br	Púb	Mix	Prv
Amarela	1,2%	2%	1,0%	1,0%
Branca	64%	65%	53%	65%
Indígena	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Parda	26%	25%	39%	25%
Preta	8%	8%	7%	9%
Total		25%	8%	67%

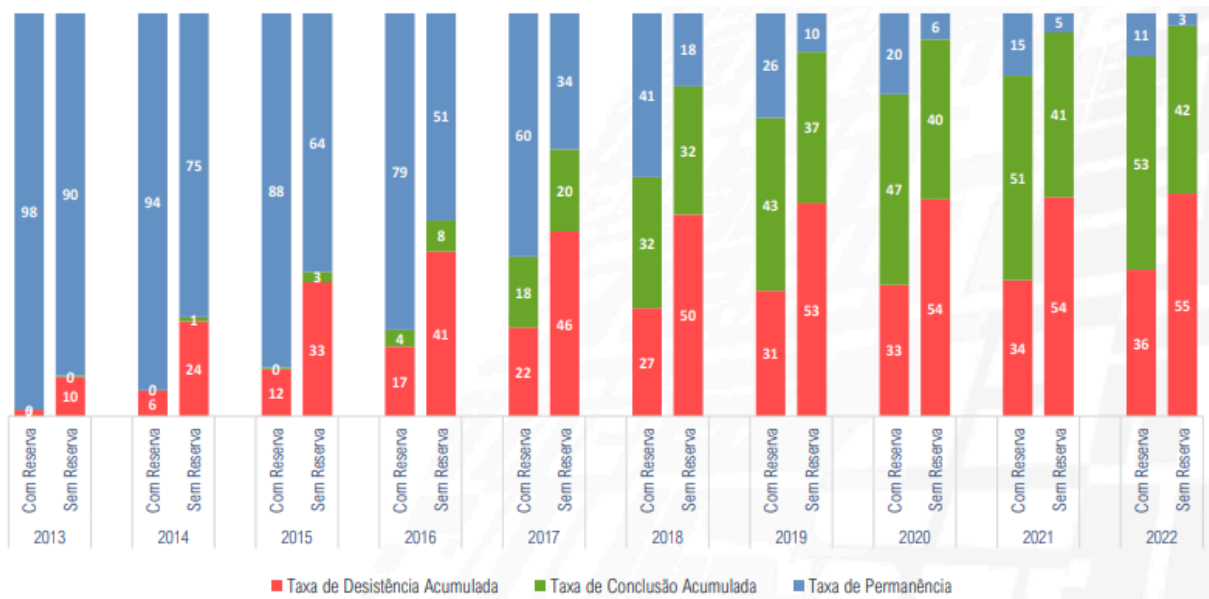
Fonte: Censo Psi (2022), grifo da autora.

Nesse sentido, pode ser observado que 33% de psicólogas/os/es atuantes pretas/os/es e pardas/os/es são formados em instituições públicas, valor relativamente próximo aos 37,1% das vagas ocupadas por cotistas PPI em universidades federais, o que demonstra que a ocupação em quantidade de estudantes de psicologia negras/os/es e conseqüentemente de psicólogas/os/es negras/os/es vem crescendo gradativamente, mas ainda longe das propostas das políticas de cotas.

Apesar da baixa ocupação de estudantes pretas/os/es e pardas/os/es em instituições federais, na trajetória acadêmica, estudantes cotistas apresentam

menor índice de desistência em relação àqueles que não utilizam a reserva de vagas, conforme pode ser observado abaixo:

Gráfico 3: Evolução dos indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso em 2013, por condição de reserva de vaga de ingresso na rede federal.



Fonte: MEC (2023).

Observamos que em todos os anos apresentados na tabela a taxa de desistência de vagas reservadas foi inferior e a taxa de conclusão foi superior às das vagas sem reserva. Este fenômeno sugere que a implementação de políticas afirmativas, apesar dos desafios iniciais associados à baixa ocupação, desempenha um papel significativo na promoção da permanência e conclusão do curso por estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente sub-representados.

Tais dados estão relacionados à educação superior de modo geral, mas refletem uma realidade, também, no curso de Psicologia. Desse modo, deve ser levado em conta que o baixo índice de representação de pessoas autodeclaradas pretas e pardas nos cursos de Psicologia pode acarretar consequências significativas para a abordagem de temáticas relacionadas à diversidade racial nas

salas de aula. O baixo percentual de alunas/os/es matriculadas/os/es pode refletir na limitada representatividade de suas experiências e perspectivas no ambiente acadêmico.

Para além da sala de aula, a baixa diversidade racial entre estudantes e profissionais de Psicologia pode contribuir para uma visão parcial e limitada das dinâmicas psicossociais, desconsiderando a variedade de contextos culturais e vivências presentes na sociedade. Tal escassez pode impactar diretamente no aprofundamento dos debates sobre racismo, discriminação e saúde mental, limitando a compreensão sobre as intersecções entre identidade, subjetividade e contextos socioculturais.

Em relação aos profissionais formados, temos os dados do Censo Psi, publicado em 2022, realizado com uma amostra de 20.033 participantes, representando 4,56% do total de profissionais com registro ativo, 439.559, de acordo com dados disponibilizados no site do Conselho Federal de Psicologia em 25/09/2023 (CFP, 2023). Observando os dados do Censo Psi a respeito dos profissionais por região, considerando o recorte racial em comparativo com o percentual da mesma população de acordo com dados do IBGE temos o seguinte:

Tabela 7: Profissionais psicólogos x População brasileira por raça

Raça autodeclarada	Psicólogos	População brasileira
Branca	63,9% (12.809)	42,8%
Preta	8,5% (1.698)	10,6%
Parda	26,1% (5.235)	45,3%
Outros	1,5% (290)	1,3%

Fonte: a autora (2023).

Apesar das políticas afirmativas citadas anteriormente, podemos observar que ainda há um longo caminho a percorrer para que ocorra a equiparação da população negra em relação à população branca na ocupação de vagas e, conseqüentemente, na atuação profissional enquanto psicólogas/os/es.

3.3 Conseqüências de uma formação racialmente descontextualizada: relação entre raça e necropolítica

Dada a apresentação do desenvolvimento da Psicologia quanto ao histórico de negligência em relação às questões raciais ao longo dos anos, é perceptível que, apesar dos avanços, ainda existem dificuldades significativas na formação de profissionais da área quanto a compreensão da dinâmica racial. É pertinente destacar que essa displicência contínua nos cursos de Psicologia e, conseqüentemente, na atuação dos profissionais acerca das relações étnico-raciais pode ser estudada a partir do conceito de necropolítica.

Nesse contexto, é necessário inicialmente apresentar como está estruturada a conceituação do termo necropolítica. Em seguida, é relevante destacar dados sobre a saúde mental da população negra, considerando que raça se caracteriza como um importante determinante social da saúde. Compreende-se, então, como a necropolítica opera na formação dos profissionais de Psicologia e posteriormente nos serviços prestados, frequentemente incipiente de letramento racial. Essa falta de preparação adequada perpetua desigualdades e afeta negativamente a qualidade do atendimento oferecido às pessoas negras.

Achille Mbembe (2018), ao introduzir o conceito de necropolítica, parte inicialmente da conceituação de política e sua relação com a soberania e o poder. Ele explora como tais relações estabelecem um Estado que decide quem pode viver e quem deve morrer, ampliando e atualizando o conceito de biopoder de Foucault a partir do desenvolvimento da ideia da necropolítica. Neste sentido, o Estado não apenas cria condições de vida por meio de seus mecanismos de

controle - biopoder-, mas também implementa uma série de medidas que produzem a morte, determinando, sobretudo, quem deve morrer - necropolítica-. Nesse contexto, Mbembe (2018) afirma que “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.”

De acordo com Morel e Mizuguchi (2021) o Brasil se apresenta como exemplo da simultaneidade do biopoder (política de controle e produção da vida) e da necropolítica (política de controle e produção da morte) desde sua fundação, visto que ao longo de sua construção, a partir da busca de mão de obra para viabilizar a produção numa crescente capitalista, a invenção do negro surgiu como resposta às demandas (MBEMBE, 2018). A utilização da raça como tecnologia de administração da vida e da morte pelos Estados modernos foi mais do que uma simples estratégia, mas, principalmente, uma condição para a consolidação do capitalismo enquanto sistema. Essa relação de dominação e exploração foi fundamental para a expansão capitalista, perpetuando desigualdades raciais que continuam a influenciar as estruturas sociais e econômicas atuais.

Dessa forma, pode-se compreender a necropolítica como um exercício do Estado capitalista, que tem a morte de pessoas negras como um de seus efeitos. Essa política da morte busca eliminar aqueles que estão marginalizados dentro do sistema capitalista. Hoje, o racismo se manifesta de maneira cada vez mais devastadora, com o genocídio da população negra sendo uma realidade inegável. De acordo com Mbembe (2018) “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado”.

Pode-se identificar a promoção da saúde como uma das políticas fundamentais do Estado. Quando se analisam os dados referentes à saúde da população negra, torna-se evidente a conexão entre essa função estatal e a discussão sobre necropolítica previamente apresentada. Raça se apresenta como um importante determinante social da saúde, que são fatores relacionados aos aspectos sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológico e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (BUSS E PELLEGRINI FILHO, 2007).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1947), o conceito de saúde se refere a “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”, portanto, compreender a complexidade dos determinantes sociais é essencial para a elaboração de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades na promoção de saúde.

Especificamente em relação à saúde mental da população negra, existe um histórico significativo associado às taxas de suicídio, com a raça sendo identificada como um fator de risco para esse comportamento. Em 2012, a taxa de mortalidade por suicídio entre jovens negras/os/es foi de 4,88 óbitos por 100 mil habitantes, aumentando 12% em 2016 para 5,88 óbitos por 100 mil, enquanto a taxa de mortalidade entre jovens brancas/os/es permaneceu estável. Além disso, em 2016, o risco de suicídio entre jovens negras/os/es foi 45% maior comparado ao de jovens brancas/os/es (BRASIL, 2018). Esse dado conversa diretamente com a reflexão acerca da necropolítica.

Diante do colonialismo e do apartheid, o exercício da soberania não pode ser descrito apenas como a manutenção do equilíbrio entre a vida e a morte, ao “fazer viver e deixar morrer”. Neste contexto, o poder soberano se manifesta fundamentalmente por mecanismos de produção sistemática da morte como a guerra, o homicídio e o suicídio, ou seja, como necropolítica (ALMEIDA, 2021, p.1).

De acordo com Faro e Pereira (2011), pessoas negras tendem a apresentar maior incidência de depressão, com menores índices de bem-estar psicológico e autoestima. “A depressão é um dos efeitos mais pronunciados das experiências de discriminação racial sobre a saúde mental da população negra” (DAMASCENO E ZANELLO, 2018). Esses dados evidenciam como esses fatores podem estar ligados a uma maior exposição ao estresse crônico, principalmente devido às experiências associadas ao racismo. Questões estruturais têm um impacto direto na saúde mental, o acesso a serviços de saúde de qualidade, mercado de trabalho, renda, educação, moradia e outras condições que afetam a qualidade de vida se apresentam como dificuldades para a população negra devido ao racismo estrutural.

À luz dos dados relativos à saúde mental da população negra, é crucial refletir sobre a necessidade de políticas públicas que versem acerca das questões estruturais que impactam no adoecimento psíquico. Além disso, é fundamental assegurar o acesso a serviços de Psicologia racialmente letrados. Nesse contexto, Amaro (2021) apresenta em sua pesquisa relatos de psicólogas negras atuantes no espaço clínico, destacando as falas de pacientes negras/os/es que buscam psicoterapia com profissionais também negras/os/es.

“uma vez eu fiz uma entrevista com uma mulher e ela falou, no espaço super conceituado no espaço público e ela falou 'não a psicóloga falou para mim que racismo era coisa da minha cabeça'. Como que você vai falar isso para uma preta retinta? [...] E aí depois ela também colocou outra afirmação: 'isso não é o que tem que ser trazido para clínica'. Então quantas vezes, já de uma forma direta ou indireta, esse desconforto e essa violência não acontece nos espaços da clínica?” (AMARO, 2021).

“Muitas mulheres chegam questionando essa escuta de psicólogos brancos, que não escutam na verdade [...] tem chegado muito nos últimos tempos, é muita gente com essa demanda, 'eu tô aqui porque eu quero uma psicóloga preta, eu quero uma psicóloga preta (Liziane, 48 anos).” (AMARO, 2021).

Amaro (2021) aponta a crescente demanda por psicólogas pretas, que são minoria dentre os profissionais da Psicologia. A pesquisadora também afirma o quanto ser uma psicóloga negra não necessariamente significa ter práticas contra-hegemônicas ou sequer ter a garantia que tiveram acesso aos estudos sobre relações raciais em sua formação. Algo também apontado por Gouveia e Zanello (2019):

A falta de formação sobre relações raciais é apontada por clientes pretas tanto para psicólogas brancas, como para psicólogas pretas, porém na relação com psicólogas brancas a sensação de ter que ficar explicando conteúdos que deveriam fazer parte de suas formações enquanto terapeuta foi um ponto destacada como um fator negativo e motivação para mudança de terapeuta. (GOUVEIA E ZANELLO, 2019, p. 10).

Diante desses fatos, é possível notar o quanto o racismo institucional circunscrito no espaço universitário, no que se refere ao epistemicídio do

conhecimento negro e negligências quanto a uma formação adequada acerca das relações raciais, Jurema Werneck (2006), em “O livro da saúde das mulheres negras” afirma:

O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22).

Quanto aos currículos de Psicologia, que sequer abarcam as relações étnico-raciais ao longo do processo de formação, Veiga (2019) aponta:

Os currículos de psicologia nas universidades brasileiras são impregnados de colonialismo, e os autores mais estudados são homens-brancos-europeus. Estes autores, que são importantes na história ocidental da psicologia como ciência, e aqui me refiro à psicologia clínica, construíram conceitos para manejar as subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico. A importação e incorporação direta das conceituações psicológicas e psicanalíticas produzidas na Europa desconsideram a singularidade da marca, dos processos de subjetivação não-brancos e impõem uma nosologia à imagem e semelhança da subjetividade do colonizador (VEIGA, 2019).

Maria Conceição Costa também discorre em sua tese intitulada “Clínica psicológica antirracista: Uma nova episteme para uma psicologia brasileira decolonial” acerca da produção acadêmica no que se refere às questões étnico-raciais:

Ao refletir sobre o tema do racismo, problematizamos a quantidade ainda pouco representativa de produções acerca desse campo-tema na psicologia brasileira, utilizadas na graduação. No campo das produções acadêmicas, observamos que havia uma construção teórica geral, tanto social e política, que incluiria pensar as psicologias de fato, o que já possibilitou a ampliação do seu olhar, enquanto ciência, sobre um problema social tão relevante. No entanto, na clínica ainda havia uma produção pequena relativa às questões estruturantes para a sociedade (COSTA, 2022).

Nesse sentido, é importante destacar que as experiências de acesso aos serviços de Psicologia, se não forem responsivas às demandas apresentadas, podem não apenas falhar em auxiliar no manejo do sofrimento psíquico, mas também agravar o adoecimento. Um espaço que deveria ser de acolhimento pode se transformar em mais um produtor de violência, neste caso, racial. É crucial resgatar a responsabilidade do espaço acadêmico na formação de profissionais de saúde mental, que têm perpetuado saberes colonizados e, como consequência de seu racismo institucional, atuado de maneira contundente nas políticas de morte, mantendo vivas as “funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p.128).

O racismo estrutural, profundamente enraizado na sociedade, desempenha um papel central na alta incidência de suicídio entre a população negra, resultante de uma vivência marcada por discriminação, violência e marginalização. Essa realidade não apenas contribui para o adoecimento mental, mas também para a perpetuação de uma estrutura que deixa as pessoas negras à mercê de um sistema que as desampara. A negligência do Estado em oferecer serviços de saúde mental que reconheçam e atendam às demandas específicas dessa população é um reflexo desse racismo institucional, que agrava o sofrimento psíquico e deixa essas vidas vulneráveis à morte.

A ausência de um sistema de saúde mental racialmente letrado demonstra como o Estado, através de sua omissão, contribui para a morte de pessoas negras. Essa estrutura racialmente organizada não apenas falha em proporcionar o suporte necessário, mas também opera como um mecanismo de necropolítica, onde a morte de indivíduos marginalizados é uma consequência esperada. Assim, o adoecimento e o suicídio entre a população negra não podem ser vistos de forma isolada, mas como resultado de uma estrutura que sistematicamente desvaloriza suas vidas, perpetuando desigualdades e negando-lhes o direito ao cuidado e à sobrevivência.

É fundamental ressaltar que, neste espaço, a intenção não foi esgotar as complexas discussões sobre necropolítica e a infrequente discussão sobre questões raciais no curso de Psicologia, mas sim fomentar a reflexão sobre um tema relevante e que merece maior atenção. Assim, o debate aqui iniciado serve como uma sugestão para aprofundamentos em pesquisas futuras, incentivando um

olhar comprometido com a inclusão das relações étnico-raciais na formação em Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia, ao investigar a formação psíquica e subjetiva das pessoas, tem uma história de conexão intrínseca com o colonialismo e o racismo, refletindo nas marcas mnemônicas e nas vivências de grupos étnico-raciais. No Brasil, com sua história de colonização e escravização, essa herança continua impactando a sociedade e a formação em Psicologia. Compreender como a Psicologia tem atuado em contextos de opressão e emancipação é crucial para uma formação que leve em conta a realidade social e histórica do país.

No século XX, movimentos como o Movimento Negro Brasileiro desafiaram o eurocentrismo na educação, resultando em mudanças nas políticas educacionais, como a Lei 10.639/03, que promoveu maior inclusão de estudantes marginalizados. A abordagem psicossocial na Psicologia tem sido vital para entender as interações entre indivíduos e seus contextos sociais e culturais.

A pesquisa qualitativa analisou o ensino das relações étnico-raciais na Psicologia, investigando como as Diretrizes Curriculares abordam essa questão em sua construção. O estudo examinou a estruturação racial da sociedade brasileira e como a falta de uma abordagem racial contextualizada na formação acadêmica pode afetar a oferta de um serviço de saúde mental adequado às demandas da população negra.

O primeiro capítulo destacou a evolução da Psicologia no Brasil, mostrando como seus fundamentos foram moldados por elementos históricos e culturais. Historicamente, a Psicologia não só se omitiu no enfrentamento do racismo, mas também contribuiu para sua legitimação, fornecendo justificativas e ferramentas de dominação.

Analisar a História da Psicologia sob a ótica das relações étnico-raciais é essencial para revisar as ideologias que guiaram a ciência, especialmente num contexto de colonização. O conceito de raça surgiu durante a colonização das Américas, naturalizando a subordinação de corpos negros e estabelecendo bases para o racismo. A ideia de raça foi utilizada para naturalizar a subordinação de corpos negros, estabelecendo as bases para o racismo e a exclusão social no Brasil. Ao longo da história, o racismo persistiu, reforçado pela chamada "democracia racial", que encobriu a realidade da discriminação racial no país. O estudo reiterou que a ciência, incluindo a Psicologia, foi influenciada por essas construções, muitas vezes reforçando a supremacia branca.

Durante a colonização, a ciência europeia foi imposta como universal, marginalizando outros saberes. Este processo, conhecido como epistemicídio, negou a legitimidade do conhecimento produzido por grupos que foram progressivamente colocados à margem. A Psicologia desenvolveu-se nesse contexto, mas vem progressivamente desafiando essas ideias e abrindo espaço para novas perspectivas. Uma reflexão crítica sobre o contexto sociocultural da Psicologia é essencial para entender seu papel na perpetuação ou desconstrução das desigualdades raciais.

O Capítulo 2 abordou a evolução da Psicologia em relação às relações étnico-raciais em três fases principais. O primeiro período, entre o final do século XIX e início do XX, foi marcado pela influência do modelo médico-psicológico e pelo racismo científico da escola Nina Rodrigues. O segundo período, de 1930 a 1950, trouxe a crítica ao determinismo biológico e a introdução de perspectivas socioculturais, destacando Virgínia Leone Bicudo e suas investigações sobre discriminação racial.

Na década de 1990, terceiro período, o foco mudou para a branquitude e o impacto das relações raciais na identidade e saúde mental. Documentos como a Resolução Nº 18/2002 e a publicação "Relações Raciais: Referências Técnicas" em 2017, refletiram o esforço de integrar questões raciais na prática psicológica. A inclusão de profissionais negras/os/es tem sido crucial para enriquecer essas discussões.

Pensamentos como os de Frantz Fanon e Juliano Moreira junto a práticas como as de Dona Ivone Lara, deixaram legados significativos no estudo da Psicologia e das relações étnico-raciais. Fanon destacou os impactos psíquicos do racismo e colonialismo, enquanto Moreira desafiou o racismo científico da época, contribuindo para uma abordagem mais humanizada na psiquiatria. Estudos como os de Neusa Santos Souza e Virgínia Leone Bicudo, aprofundaram a análise da subjetividade negra e as influências do racismo na identidade.

O Capítulo 3 discutiu a importância da formação, currículo e ensino no ensino superior brasileiro, destacando a necessidade de refletir contradições sociais e políticas no currículo. A evolução da formação em Psicologia desde a década de 1950, com a regulamentação e criação do Conselho Federal de Psicologia, mostrou avanços, mas também uma persistente negligência das questões raciais. Documentos orientadores da profissão revelaram uma abordagem superficial da diversidade étnico-racial.

Por último, é trazida uma reflexão acerca da contínua displicência nos cursos de Psicologia, que desconsidera as relações étnico-raciais e pode ser entendida através do conceito de necropolítica, que reflete a forma como o Estado capitalista determina quem vive e quem morre, impactando a saúde mental da população negra. A falta de letramento racial entre psicólogos perpetua desigualdades e pode agravar o sofrimento psíquico de pessoas negras, evidenciando a urgência de uma formação responsiva às questões raciais para evitar que os espaços destinados ao cuidado da saúde mental se tornem locais de violência racial, em vez de acolhimento.

Portanto, apesar dos avanços, é importante reconhecer que a produção intelectual de autoria de pessoas negras ainda é invisibilizada e que o enfrentamento do racismo estrutural no campo acadêmico continua sendo um desafio. É necessário promover a diversidade epistemológica nos currículos e o acesso a oportunidades de pesquisa e publicações, para que as obras de pessoas negras sejam contempladas na construção do conhecimento em Psicologia.

Importante ressaltar a relevância do acompanhamento em relação ao que está sendo produzido quanto aos materiais orientadores elaborados pelas

universidades, em especial ao levar em consideração que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Psicologia foram aprovadas em 2023, fazendo-se presente a sugestão da temática racial como um componente a ser incluído nos conteúdos do curso. Portanto, tais assuntos devem constar nos documentos relativos à construção do conhecimento de Psicologia dentro das universidades, como é o caso dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC), reforçando que, caso esses documentos não esteja presente a temática étnico-racial, devem, portanto serem revistos e atualizados.

REFERÊNCIAS

ABADE, Laene da Silva; BORGES, Roselania Francisconi. O racismo científico no Brasil e os ideais da Liga Brasileira de Higiene Mental: algumas aproximações. 29º Encontro Anual de Iniciação Científica. Universidade Estadual de Maringá. 2020. Disponível em <www.eaic.uem.br/eaic2020/anais/artigos/4442.pdf > Acesso em 09 out. 2023.

ABEP, CFP, FENAPSI. Repensando a formação da (o) psicóloga (o): revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia (no prelo). 2018.

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, e Ana Cristina Juvenal. A diferença e a diversidade na educação. Revista Contemporânea, n. 2, p. 85-97. Jul.–Dez. 2011. Disponível em <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38/20>>

Acesso em 15 jan. 2021.

ALVES, Luciana. Branquitude e o significado de ser branco no Brasil. Produzido pelo Projeto Respeitar é Preciso. [S. l.], 30 mar. 2020. 1 vídeo (141 min). Publicado pelo canal Pedagógico SMESP. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=D8GMKooiPnw>> Acesso em 25 nov. 2022.

AMARO, Tainá Valente; MATTOS, Amana Rocha. “Eu quero uma psicóloga preta” - prática clínica, racialização e identificações no contemporâneo. Tempo psicanalítico, v. 54, n. 2, p. 297-325, 2022. Disponível em <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382022000200015 > Acesso em 21 jun. 2024.

AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. Quem somos. Sem local. Sem ano. Disponível em <www.ammapsique.org.br/quem-somos.html> Acesso em 30 jan. 2024.

ANDRE, Maria da Consolação. O ser negro: um estudo sobre a construção de subjetividades em afro-descendentes. 2007. Disponível em <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/6471>> Acesso em 11 out. 2023.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. Psicologia: ciência e profissão, v. 32, p. 44-65, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/j6f3HznKpVNrwSKM3gcPGpy/abstract/?lang=pt#>> Acesso em 11 out. 2023.

ANPSINEP. I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil – I PSINEP. Brasília. Sem ano-a. Disponível em <<https://www.anpsinep.org.br/ipsinep.html>> Acesso em 30 jan. 2024.

ANPSINEP. Quem somos. Brasília. Sem ano-b. Disponível em <<https://www.anpsinep.org.br/sobre.html>> Acesso em 30 jan. 2024.

BARCELLOS, Jéssyca da Rosa Santos. Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana. 2016, 36p. Trabalho de conclusão de graduação (Bacharel em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148270>> Acesso em 21 jun. 2024.

BARRETO, Lima. Diário do Hospício O Cemitério dos Vivos. Divisão de Editoração, 1993.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 185p. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002b. Disponível em <<https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>> Acesso em 04 maio 2023.

BICUDO, Virginia Leone. Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. 1945. Tese. (Mestrado em Ciências) - Divisão de estudos post-graduados, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1945.. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7481872/mod_resource/content/1/V%20Bicudo%20Atitudes%20raciais%20de%20pretos%20e%20mulatos%20em%20São%20Paulo%201946.pdf> Acesso em 11 out. 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. Psicologia: ciência e profissão, 1997.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o ProUni- Programa Universidade para Todos. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. Brasília: Casa Civil, 2007.

_____. Decreto nº 7824/2012. Regulamentada a Lei de Cotas. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____. Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm> Acesso em 19 dez. 2023.

CAMARGO, Silvio. LIMA BARRETO, O HOSPÍCIO E A LOUCURA COMO LUGAR DE FALA. Revista Mosaico, v. 14, p. 27-38, 2021. Disponível em <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8870>> Acesso em 20 nov. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005, 339p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Rafael; FACHINETTI, Cristiana. A PSICANÁLISE COMO SABER AUXILIAR DA PSIQUIATRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O PAPEL DE JULIANO MOREIRA. Revista Culturas Psi/Psy Cultures, 2015. Disponível em <<https://encurtador.com.br/x5KKb>> Acesso em 21 jun. 2024.

CEERT, 2024. Institucional. Disponível em <<https://restory.ceert.org.br/institucional>> Acesso em 21 jun. 2024.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. Psicologia em estudo, v. 8, p. 29-37, 2003. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pe/a/fH5YnV4rW9xY9T6xhfgWzXt/?lang=pt>> Acesso em 04 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os. 2017. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_web.pdf> Acesso em 30 jun. 2023.

COSTA, Maria Conceição. Clínica psicológica antirracista : uma nova episteme para uma psicologia brasileira decolonial. 2022. 230 f Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, Recife 2022.

DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Saúde em debate, v. 44, p. 264-277, 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pD3P9BXwjVWns4VKfL6jr4s/#>> Acesso em 16 dez. 2023.

_____. Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/ Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/ Federação Nacional dos Psicólogos, 2018. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELATÓRIO-FINAL-REVISÃO-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUAÇÃO-EM-PSICOLOGIA.pdf>> Acesso em 11 out. 2023.

_____. Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente. Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Brasília: CFP, 2022. 268 p. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf> Acesso em 17 dez. 2023.

_____. Quantos somos. 25/09/2023; Disponível em <<https://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>> Acesso em 20 dez. 2023

CRUZ, Ana Cristina Juvenal. Os debates do significado de educar para as relações étnico-raciais na educação brasileira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2010. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2519/2807.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 jan. 2021.

CURY, Bruno Moraes; NETO, João Leite Ferreira. Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo. *Psicologia em Revista*, v. 20, n. 3, p. 494-512, 2014. Disponível em <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/7950>> Acesso em 11 out. 2023.

DEL PRIORE, Mary. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. *Revista Territórios e fronteiras*, v. 3, n. 01, 2002. Disponível em <<ahr.upf.br/download/TextoMaryDelPriore2.pdf>> Acesso em 09 fev. 2023.

ESPINHA, Tatiana Gomez. A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: silêncio e ocultação. 2017, 233p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. In: *Estudos de Psicologia*, 16(3), setembro-dezembro/2011, pp. 271-278.

FANON, Frantz. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. Ubu Editora, 2020.

FENERICH, Maria Elisa de Agostini. Diretrizes curriculares nacionais para o curso de psicologia: aproximações e distanciamentos dos projetos pedagógicos de curso. 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão da Clínica, UFSCAR. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7707/DissMEAF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 11 out. 2023.

FIGUEIRA, Fernanda Freire. A Liga Brasileira de Higiene Mental e a psicologia no Brasil: a história a ser contada. Tese. Universidade Estadual de Maringá. 2014. Disponível em <www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/pesquisa/teses-e-dissertacoes-defendidas/lista-de-paginas-de-teses-e-dissertacoes/a-liga-brasileira-de-higiene-mental-e-a-psicologia-no-brasil-a-historia-a-ser-contada> Acesso em 19 nov. 2023

FÓRUM DE PRÓ- REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (ForGrad). Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação. Texto aprovado pela Diretoria Executiva do ForGRAD, set. 2000b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GOMES, Janaina Damaceno. Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14032014-103244/publico/2013_JanainaDamacenoGomes.pdf> Acesso em 4 maio 2023.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154p.

_____. Alguns termos e conceitos apresentados no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão no Brasil. Educação Antirracista: Caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobreRela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 08 jan. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020. Disponível em <<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>> Acesso em 13 jul. 2024.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. Psicologia em Estudo, v. 24, 2019. Disponível em <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/42738>> Acesso em 21 jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROSGOUEL, Ramón. "Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI", em: Tabula Rasa. Bogotá 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf> Acesso em 20 dez. 2023.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Novo instrumento de avaliação de cursos de graduação. INEP, 2017.

JAPUR, Marisa. Formação em psicologia: a perspectiva da carta de Serra Negra. Paidéia (Ribeirão Preto), p. 42-55, 1994. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/Xc5vKq4sy5Kn5h3Bnx6tXty/#>> Acesso em 12 set. 2023.

KHOURI, Jamille Georges Reis. Formando psicólogos/as para as relações raciais: avanços e contradições nos cursos de Psicologia da Bahia. 2019. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22102/2/Jamille%20Georges%20Reis%20Khouri.pdf>> Acesso em 13 jul. 2024

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020. Disponível em

<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf> Acesso em 13 jun. 2023.

_____. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em 20 dez. 2023.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol.72, p. 80-93, 2020. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v72nspe/07.pdf>> Acesso em 24 fev. 2022.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 29, p. 718-737, 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gXB9MC5P7jb3vffbhpyh3yn/#>> Acesso em 21 jul. 2023.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, p. 141-158, 1999. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QZnghFsznmKFLtHyMWpnwHk/?lang=pt>> Acesso em 12 maio 2023

MARINHO-ARAÚJO, Claisy. Psicologia escolar na educação superior: desafios e potencialidades. In: GUZZO, Raquel S. L. (Org.) *Bastidores da escola e desafios da educação pública: a pesquisa e a prática em psicologia escolar*. Campinas: Átomo, 2013. pp. 724.

MASSIMI, Marina. Estudos históricos acerca da psicologia brasileira. In FREITAS, RH., org. *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 69-83. ISBN: 978-85-99662-83-0. Disponível em <<https://books.scielo.org/id/c2248/pdf/freitas-9788599662830-06.pdf>> Acesso em 09 fev. 2023.

_____. *As ideias psicológicas no Brasil nos séculos XVII e XVIII. História da psicologia no Brasil: novos estudos*. Tradução . São Paulo: EDUC, 2004

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES Nº: 1071/2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139201-pces1071-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192> Acesso em 15 jan. 2021.

MOREL, Mario Santos; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Tornar-se negro: raça, identidade e biopoder. *Quaderns de Psicologia*, v. 23, n. 3, p. e1758-e1758, 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Fernando A.; MANDELBAUM, Belinda Piltcher Haber. A invenção da norma: a psicologia na Liga Brasileira de Higiene Mental. *História, Ciências,*

Saúde-Manguinhos, v. 27, p. 1149-1167, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/W35yWWDpbsVyNMRBhBQZSLw/?lang=pt>> Acesso em 11 out. 2023.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Significações do corpo negro. 1998. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. Disponível em <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/significacoes-do-corpo-negro-isildinha-baptista-nogueira-tese.pdf>> Acesso em 2 jun. 2023

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; PICCININI, Walmor. Dos males que acompanham o progresso do Brasil: a psiquiatria comparada de Juliano Moreira e colaboradores. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 8, p. 788-793, 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/7NGPrR9V7k56DnCqBNf6VCG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 23 maio 2023.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 72, n. SPE, p. 48-65, 2020. Disponível em <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300005> Acesso em 11 maio 2023.

PRESTES, Clélia RS. Não sou eu do campo psi? Vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, n. Ed. Especi, p. 52-77, 2020. Disponível em <www.ammapsique.org.br/baixar/nao-sou-eu-do-campo-psi.pdf> Acesso em 23 maio 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org. A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

REGO, Teresa. Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais. In: Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas [S.l.: s.n.], 1998.

ROCHA, Mariana Machado. Uma luta científico-social desproporcional: colonialidade e branquitude na fundação da USP e ensino superior na Imprensa Negra Paulista (1924-1937). 2023, 320p. Tese (Doutorado em Cultura, Filosofia e História da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-09102023-100310/en.php>> Acesso em: 21 jun. 2024.

RODRIGUES, Marcela Franzen. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 15, n. 3, p. 1119-1135, 2015. Disponível em <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300019> Acesso em 04 maio 2023.

_____. Sair da grande noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada. Luanda: Edições Mulemba, 2010. _____. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2013.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, p. 166-175, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/TtJZrnNBHT88ShMQTLt5wYg/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 4 maio 2023.

SANTOS, Elisângela da Silva. O legado de Virgínia Leone Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, p. 1194-1217, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cp/a/S5H7k58GGBv737kmzd5K98v/?lang=pt>> Acesso em 11 out. 2023.

SANTOS, Marcell Machado. O pensamento de Virgínia Bicudo sobre relações raciais no Brasil. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <[https://pp.nexojornal.com.br/academico/2021/O-pensamento-de-Virgínia-Bicudo-sobre-relações-raciais-no-Brasil](https://pp.nexojornal.com.br/academico/2021/O-pensamento-de-Virg%C3%ADnia-Bicudo-sobre-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil)> Acesso em 11 maio 2023.

SERRA, LN; SCARCELLI, IR. Por um sangue bandeirante: Pacheco e Silva, um entusiasta da teoria eugenista em São Paulo. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n1/v17n1a07.pdf>> Acesso em 17 dez. 2023

SILVA, Maria Lucia. O preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer: reflexões sobre a construção psíquica do sujeito negro. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia e direitos humanos: Subjetividade e exclusão*. Casa do Psicólogo. pp. 217-222, 2004.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. p. 33-44. Disponível em <https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11315818082016Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf> Acesso em 05 ago. 2020.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Silvia Maria Cintra da. EDITORIAL 22.1-Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 13-16, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pee/a/ntsk44K3qn84tkpdJb9VvYj/#>> Acesso em 12 set. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Projeto Pedagógico Do Curso De Psicologia Da Ufscar, 2009. Disponível em <<https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/psicologia/Psicologia%20Projeto%20Pedagogico.pdf>> Acesso em 10 jan. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2004. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tjB6mUL_WBsC&oi=fnd&pg=PA13&dq=projeto+politico+pedagogico+do+curso+de+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&ots=pVgDDAZAdO&sig=wyuxCqEop6TVLil6qPQfzleg1_k#v=onepage&q=projeto%20politico%20pedagogico%20do%20curso%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior&f=false> Acesso em 09 nov. 2023.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, p. 244-248, 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/#>> Acesso em 21 jun. 2024.

VILELA, Ana Maria Jacó. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. Psicologia: ciência e profissão, v. 32, p. 28-43, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/9KqzhPLhtm58PQNGQB39GLq/?lang=pt&format=html#>> Acesso em 23 maio 2023.

YAMAMOTO, Oswaldo H. A LDB e a psicologia. Psicologia: ciência e profissão, v. 20, p. 30-37, 2000. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/4WV4bYZwPLgpszyCDff6PkP/?lang=pt>> Acesso em 12 set. 2023.